



ORÇAMENTO DE ESTADO 2023

CNIS alerta que a crise também está a chegar às instituições sociais

REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS

Aumento extraordinário só vai dar para 2023



CONSELHO GERAL
Eleições no Dia da CNIS
com colóquio sobre
Cuidados de Saúde



FAPPC
Dia Nacional
da Paralisia Cerebral
celebrado em Évora



BRAGANÇA
Fundação Betânia
recebe visita de alunos
dos 5º e 6º anos

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Só quando for um desígnio nacional será erradicada a pobreza

Nas últimas semanas, a pobreza em Portugal voltou a ser tema de abertura em todos os medias. Esta atenção especial deveu-se a informações preocupantes emanadas de fontes de análises estatísticas nacionais e uma europeia que davam conta de um aumento significativo de pessoas em situação de pobreza, reportando-se a dados obtidos em 2021. Não os menciono, pois eles foram, amplamente, divulgados. Por outro lado, estou convencido de que os números apresentados aumentaram, tendo em conta o crescimento nefasto das consequências resultantes, sobretudo para a Europa, da guerra da invasão da Ucrânia pela Rússia. Há muitos anos que venho, como outros, a colocar a questão desta falta de rigor temporal na análise da pobreza. Com o progresso tecnológico, criaram-se plataformas para tudo e mais alguma coisa; porque é que nesta matéria se continuam a apresentar estatísticas com informações de um e dois anos passados? As fontes onde as recolher estão identificadas; o essencial que se deve conhecer não colide com a Proteção de Dados. Não consigo compreender.

Não é novidade para quem se dedica a estudar o fenómeno da pobreza em Portugal, que temos uma classe média muito sensível às oscilações económico-financeiras. Os seus rendimentos financeiros provêm, fundamentalmente, do trabalho. Ora as políticas laborais têm acentuado a prática de baixos salários e a precariedade laboral, evidenciados pelo escândalo do crescimento do número de trabalhadores em situação de pobreza. Por isso, basta ficar doente; aumentar a renda da casa ou a prestação do empréstimo concedido pelo Banco; crescerem as contas da energia, do gás, da água; acontecer uma separação conjugal; ingressar um/a filho/a no ensino superior... para os rendimentos monetários já não serem suficientes. Receio que a crise petrolífera e a de cereais, bem como a nossa dependência externa, até para alguns bens essenciais, venham a aumentar as dificuldades já sentidas pelas famílias integradas na classe acima referida, devido ao progressivo ao aumento do custo de vida. Ouvi o primeiro-ministro, aquando da apresentação do Orçamento Estado, garantir a proteção dos cidadãos mais vulneráveis à crise atual. Finalmente, o país



tem aprovada uma “Estratégia Nacional de Combate à Pobreza” que, após tantos anos de se chamar a atenção para a essa imperiosa necessidade, assenta numa articulação interministerial que fará o acompanhamento das medidas de políticas públicas que vierem a ser delineadas. Algumas das medidas da estratégia já estão a ser implementadas. Todavia, tardou a nomeação da coordenadora nacional que espero venha a ter as competências políticas suficientes para exercer a sua missão. Não sei se os Ministros que integram a comissão Interministerial já reuniram alguma vez. É importante que o façam com regularidade. Estou confiante que esta estratégia possa dar um avanço significativo na erradicação da pobreza absoluta.

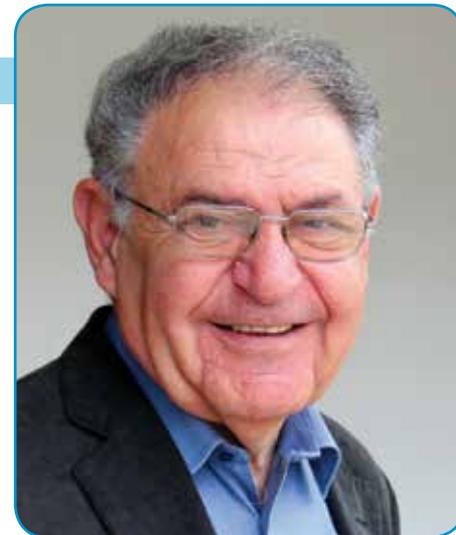
Todavia, é importante não esquecer que a melhor estratégia de combate à pobreza é a educação acompanhada da distribuição justa dos rendimentos monetários. A Estratégia em curso não esquece esta realidade, mas o seu sucesso depende do envolvimento dos atores educativos, sociais e económicos e da vontade política, não só do Governo – seja ele qual

for – mas de todas as forças políticas. Penso que um país com taxas de pobreza como o nosso não pode ter altas expectativas de progresso, dado que os níveis de competências, de coesão social, de produtividade não são os mesmos onde a maioria dos agregados familiares têm uma maior autonomia financeira. Por outro lado, num regime democrático onde são gritantes as desigualdades sociais, os políticos devem pensar bem quais são as suas verdadeiras motivações.

Não fique, porém, a ideia de que a erradicação da pobreza absoluta é um apenas problema dos políticos dos agentes educativos, sociais, sanitários, económicos. NÃO. Saiba-se que nem esta nem nenhuma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza terá sucesso se não for assumida como um desígnio nacional. Toda a população portuguesa, incluindo os que estão na situação de pobres, não podem demitir-se de dar o seu contributo. Para o envolvimento das populações, sobretudo das mais fragilizadas, as IPSS têm uma missão indispensável a cumprir. O compromisso delas está garantido.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Importância Económica e Social das IPSS

Para uma quantificação atualizada da importância social e económica das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal a CNIS assegurou o cofinanciamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), Portugal 2020, e confiou o estudo à Equipa da ATEs - Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) que o desenvolveu sob a coordenação do Professor Doutor Américo Manuel dos Santos Carvalho Mendes e a assessoria da Dra. Palmira dos Santos Macedo.

Com base nas contas do exercício de 2016 de 565 IPSS e equiparadas, em Dezembro de 2018 já foi publicado um primeiro estudo que teve o aval do Banco de Portugal. Essa amostra correspondia a 10% do número total destas instituições existentes no país. A distribuição destas 565 instituições por Distritos e Regiões Autónomas e por formas jurídicas era a mesma que para o total nacional destas instituições. Novos estudos foram feitos para os exercícios de 2017 e 2018 que acrescentaram uma análise do importante contributo que as IPSS dão para a coesão territorial ao serem responsáveis por uma boa parte do emprego nas zonas do interior.

Com as mesmas Equipas, Coordenação e Assessoria, a CNIS vai apresentar um novo trabalho que atualiza para 2022 a Central de Balanços das IPSS.

Estes três trabalhos anteriores foram realizados com base numa amostra de 565 IPSS que se mantém neste quarto estudo, juntando-se-lhe uma outra com 1000 IPSS iniciada no terceiro estudo que inclui essa série de 565 IPSS.

Esta amostra mais alargada, tal como a de 565 IPSS, também é duplamente estratificada: por distritos e Regiões Autónomas e por estatuto jurídico das IPSS. Esta amostra representa 17,75% do número total de IPSS e 31% do total do VAB gerado pelas IPSS.

Neste estudo também se dá continuidade ao trabalho iniciado no terceiro estudo relativo ao apuramento de rendimentos e custos médios por utente e por resposta social, com base nas IPSS da amostra atrás referida para as quais foi possível obter a informação

necessária para este efeito.

A atualização para 2020 da série de indicadores dos três estudos anteriores e o alargamento da amostra permitiram, entre outras, chegar às conclusões a seguir apresentadas:

. No período de 2016 a 2018, nas duas séries, a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos tendeu para um nível acima de 40% e a percentagem de IPSS com resultados negativos antes de encargos financeiros, impostos e amortizações e depreciações também registou uma tendência de crescimento para níveis um pouco acima dos 20%.

. Nos anos de 2019 e 2020 houve uma melhoria com inversão destas tendências, descendo para cerca de 33% a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos e para cerca de 15% a percentagem de IPSS com resultados negativos antes de encargos financeiros, impostos e amortizações e depreciações.

. É muito provável que tenham contribuído para esta inversão de tendência as melhorias conseguidas nas negociações dos acordos relativos ao financiamento público das IPSS em 2019 e 2020. Com efeito, a percentagem das participações da Segurança Social no total dos rendimentos das IPSS diminuiu entre 2016 (39,06%) e 2018 (38,06%), mas recuperou desse declínio em 2019 (38,87%) e 2020 (41,29%), ultrapassando neste último ano o nível de 2016.

. A percentagem das mensalidades no total dos rendimentos registou uma tendência de subida até 2019 (31,78%), diminuindo em 2020 (28,81%), facto a que não deve ser alheia a ocorrência da pandemia do COVID 19.

. Nos subsídios à exploração de entidades públicas, os que foram concedidos pelas autarquias locais representaram uma percentagem pequena do total dos rendimentos (1,46% em 2020).

. Também o peso relativo das contribuições voluntárias privadas (quotizações e joias de associados, subsídios à exploração de entidades privadas, doações e heranças, legados e donativos em espécie) no total dos rendimentos continuou a ser relativamente pequeno (5,94% em 2020).

. Os gastos com pessoal são a componente dos custos com maior peso relativo (quase dois terços dos gastos operacionais), muito acima dos outros custos, com uma tendência crescente no período em análise.

. Os encargos sociais representam cerca de 10% do total dos gastos operacionais.

. Os fornecimentos e serviços externos são a componente com o segundo maior peso relativo nos gastos. Neste caso registou-se alguma estabilidade ao longo do período em análise, apenas com uma quebra em 2020 (22,35% em 2019 e 20,78% em 2020), possivelmente em resultado de alguma redução das atividades, nomeadamente com o encerramento temporário de algumas valências, por causa da pandemia do COVID 19.

. A terceira componente com mais peso relativo nos gastos é o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas que registou uma tendência decrescente ao longo do período em análise (10,24% em 2016 e 9,20% em 2020).

. Com a ocorrência da pandemia verificou-se uma evolução interessante que foi o facto da produtividade aparente do trabalho ter aumentado nas IPSS (+1,76% de 2019 para 2020) ao mesmo tempo que diminuiu (-6,18%) nas empresas não financeiras. Esta situação deve ter resultado muito provavelmente não só de esforços dos dirigentes e trabalhadores das IPSS no sentido de uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, mas também do esforço dos trabalhadores para aumentarem a quantidade e diversidade dos serviços prestados a título remunerado ou não, em resposta à pandemia.

. No cálculo dos rendimentos e dos custos médios por utente iniciado neste estudo conclui-se que, para as IPSS da amostra para as quais foi possível obter a informação necessária para este efeito, as respostas sociais deficitárias em 2019 e 2020 foram: Centros de Dia, Centros de Convívio, CATL, CAT e CAFAP.

. Os resultados atrás referidos para os custos e rendimentos médios por utente das respostas sociais não podem ser extrapolados para o conjunto das IPSS, sendo preciso prosseguir e alargar este trabalho a mais IPSS.

CONSELHO GERAL

Programa de Ação para 2023 segue as conclusões do Congresso da CNIS

O Conselho Geral da CNIS reuniu pela última vez no ano de 2022 – salvo qualquer acontecimento extraordinário –, em Fátima, como é habitual, tendo a reunião começado pela apresentação do Programa de Ação para 2023.

A apresentação, em traços gerais, ficou a cargo da assessora Filomena Bordalo, que salvaguardou o facto de este ser um documento a materializar pela Direção que sair vencedora das eleições de janeiro de 2023.

“Este Programa de Ação segue muito as conclusões do Congresso da CNIS e ainda o que ficou plasmado no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”, referiu, ressaltando: “Este é um Programa para outra Direção executar, pois em janeiro há eleições para os órgãos sociais da CNIS”.

Apesar de ainda não ter sido emitida a convocatória, o SOLIDARIEDADE está em condições de avançar que o Congresso Eleitoral da CNIS realizar-se-á no dia 15 de janeiro (Dia da CNIS) e que, para além do ato eleitoral e da tomada de posse dos órgãos eleitos, haverá ainda um colóquio subordinado ao tema «Cuidados de Saúde nas Respostas Sociais».

O Programa de Ação aprovado pela Direção carece agora de ser votado na Assembleia Geral do próximo dia 26 de novembro, para, em caso de aprovação, então poder ser executado.

Já sobre o Orçamento para 2023, Macário Correia, tesoureiro da Direção, sem avançar números concretos, assegurou que este já será um orçamento dentro da habitual normalidade, pois já não tem determinadas parcelas que se prenderam, noutros anteriores, com o combate à pandemia de Covid-19, e que terá um “resultado equilibrado”.

De seguida foi abordada a questão da Contratação Coletiva, tendo sido dado a conhecer aos conselheiros que já está assinada uma nova convenção com os sindicatos da UGT.

Macário Correia, que juntamente com o cônego Mariz e o assessor Henrique Rodrigues negociam pela CNIS, referiu uma questão que poderá provocar alguns constrangimentos às instituições, uma vez que com o próximo aumento do salário mínimo, já em janeiro, para 760 euros, há oito dos 18 escalões da tabela salarial que ficam com o mesmo valor de remuneração, sendo que só em meados do próximo ano, como sempre, haverá novas negociações com as estruturas sindicais.

O problema coloca-se porque o Governo não enceta as negociações do próximo Protocolo de Cooperação para o Sector Social Solidário sem ter o Orçamento de Estado aprovado e, seguindo o calendário habitual, só lá para março começarão a haver negociações.

“Como tenho dito muitas vezes, nós andamos a obrigar os nossos trabalhadores a praticar a caridade e isso não é nada bom”, sublinhou o presidente da CNIS, acrescentando: “No entanto, a CNIS só pode negociar com os sindicatos



quando há condições para tal, ou seja, quando há um Protocolo ou Adenda acordados, e isso só acontece em junho, julho. E tem de ser assim porque não há condições para pagar retroativos a janeiro”.

E disse ainda que “se há instituições que têm rendimentos que lhes permitem pagar com retroativos a janeiro, devem fazê-lo, mas a maioria das instituições não consegue, porque tem resultados negativos”.

Ainda assim, o padre Lino Maia deixou no ar uma boa-nova.

“Há a convicção, mas só depois de acontecer posso garantir, que até ao fim do ano haja um reforço da dotação para as IPSS, fora dos acordos de cooperação, para fazer face a este aumento de custos que vivemos”, ressaltando: “Não acredito que antes de março haja um novo Protocolo”.

Sobre a questão das creches e prolongamentos de horário, após “algo de muito incorreto” que se passou em alguns Centros Distritais da Segurança Social, que advogavam que tais candidaturas teriam que ter sido feitas até junho

último e que teriam que ser subscritas por uma determinada percentagem de pais, o padre Lino Maia esclareceu: “As candidaturas para o prolongamento de horário para as 12 horas podem ser entregues até 15 de novembro, mas as instituições devem ter evidências dessa necessidade para posterior verificação da Segurança Social, não sendo necessário serem subscritas por qualquer percentagem de pais. Ainda assim a data de 15 de novembro pode não ser rígida, pois a qualquer momento pode haver pais que necessitem desse horário alargado”.

O presidente da CNIS deu ainda nota da sua passagem pela Assembleia da República, a propósito do PRR, e ainda da reunião a pedido de Luís Montenegro, presidente do PSD.

“Foram-nos solicitadas algumas medidas para que o PSD pudesse levá-las à discussão na especialidade do Orçamento de Estado, o que fizemos, mas também enviámos essa nota diretamente para o Governo”, revelou o presidente da CNIS.

ORGANIZAÇÕES DO SECTOR SOCIAL REUNIRAM COM DEPUTADOS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CNIS e Misericórdias criticam falta de diálogo da Estrutura de Missão «Recuperar Portugal»

O padre Lino Maia, presidente da CNIS, e Manuel Lemos, homólogo da União das Misericórdias Portuguesas, estiveram na Assembleia da República, em reunião com os deputados da Subcomissão para o Acompanhamento dos Fundos Europeus e do PRR, onde deixaram claros os seus receios e indignação.

O principal receio das duas maiores representantes do Sector Social Solidário é que os concursos lançados para o Plano de Recuperação e Resiliência fiquem sem concorrentes por causa dos constrangimentos colocados às instituições.

Por outro lado, o aparente desconhecimento que a Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» tem do Sector Social Solidário deixa os dirigentes irritados.

O presidente da União das Misericórdias Portuguesas mostrou a sua indignação pelo desconhecimento demonstrado por quem lançou os concursos para as verbas do PRR onde até parece ignorar a designação do sector.

“Sabem como é que se chamava o aviso para a rede de cuidados continuados, quem eram os

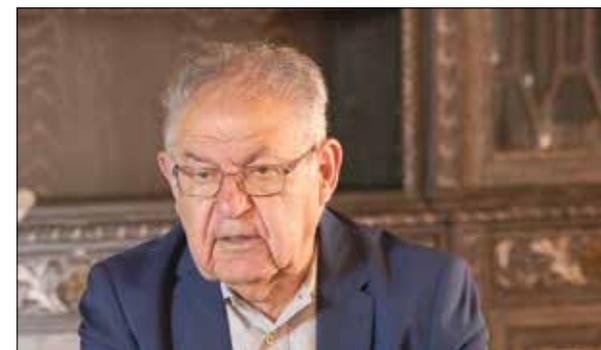
beneficiários? Eram o sector privado e... o sector privado não lucrativo. Nós não somos o sector privado não lucrativo! Nós somos o sector social!”, asseverou Manuel Lemos.

Para o padre Lino Maia, existe pouca margem para falsas expectativas e a informação é pouco clara.

“Cerca de 50% das instituições chegam ao fim do ano com resultados negativos. Não podem investir no sexo dos anjos, desculpem a expressão, andar a gastar dinheiro em candidaturas sucessivas que não são aceites. Era importante que não fossem defraudadas”, defendeu, sabendo-se que muitas das candidaturas das IPSS ao PRR, apesar de aprovadas, esbarraram na falta de dotação orçamental.

Alertando que “algo tem de mudar”, até para que os objetivos fixados para 2026 sejam cumpridos, o líder da CNIS disse, em tom de desabafo: “Penso que é preciso fazer alguma coisa, desculpem!”.

Por outro lado, as organizações representativas do Sector Social Solidário lamentam a falta de diálogo.



Para Manuel Lemos, tudo teria sido diferente se a Unidade de Missão “tivesse, não é mais, é um bocadinho [de diálogo], porque nunca aconteceu até hoje”, rematando: “Tinham de ser eles a procurar-nos”.

Já sobre financiamento, o presidente da União das Misericórdias questionou: “Quem é o banco que vai emprestar a uma instituição que vive na corda bamba? E quem é o responsável que se vai atravessar nesse investimento?”.



Dizem que não há lugar para todos. E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas. E a nossa escolha é estar sempre ao lado de quem promove a inclusão. Por isso, escolhemos apoiar as IPSS que têm como missão oferecer oportunidades a quem mais precisa. Se tem projetos aprovados no âmbito dos programas públicos PRR e PARES, conte com o Santander para o adiantamento de incentivos ou financiamento complementar. Porque nós não somos apenas aquilo em que acreditamos. Somos o que fazemos com isso. **Somos as escolhas que fazemos.**

Para o ajudar a escolher a melhor solução, escreva para: economiasocial@santander.pt

Sujeito a aprovação do Banco.

Banco Santander Totta, S.A.

CASA DOS POBRES DE COIMBRA

Sem verba no PRR, instituição procura financiamento para a ampliação do lar que já arrancou

No passado mês de outubro arrancaram as obras de ampliação do lar da Casa dos Pobres de Coimbra, um investimento de cerca de dois milhões de euros, que prevê a quase duplicação do número de camas disponíveis.

A empreitada, que foi consignada em setembro após concurso público, começou no dia 4 de outubro e deverá estar concluída em meados de 2024, afirmou Maria Luísa Carvalho, presidente da Casa dos Pobres de Coimbra.

Segundo a dirigente, o projeto prevê passar das atuais 63 camas para 113, realçando a urgência desta ampliação face a uma lista de espera de cerca de três centenas de pessoas.

“A nossa existência como Casa dos Pobres é para acolher as pessoas de menores recursos. A seleção tem vários critérios, entre os quais as dificuldades económicas, o isolamento ou a falta de condições de habitabilidade dos idosos”, explica, frisando que a instituição “não recusa ninguém”.

O processo de ampliação do lar, situado em São Martinho do Bispo, à entrada da cidade de Coimbra, já remonta a 2019, mas a pandemia obrigou a atrasar o projeto.

A Casa dos Pobres de Coimbra candidatou a atual empreitada no âmbito dos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas acabou por ficar de fora por falta de dotação, depois de o projeto ter sido deferido, recorda Maria Luísa Carvalho, sublinhando que a instituição



não desiste: “Agora, estamos à procura de outros apoios”.

Segundo Maria Luísa Carvalho, o plano B da instituição passa por recorrer a linha de financiamento bonificado.

“Há risco, mas acreditamos que, com a procura de respostas entre a Segurança Social e o Governo, poderemos encontrar soluções mais benéficas do que ir à banca, que iria onerar o projeto”, refere.

PRÊMIO BPI CAPACITAR

Mais de um milhão de euros patrocinam 24 projetos de instituições da área da deficiência

O Prémio BPI Capacitar atribuiu mais de um milhão de euros na sua 13ª edição a 24 projetos de instituições sem fins lucrativos.

O Prémio Capacitar tem como finalidade apoiar projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, doença mental ou outras doenças, bem como das suas famílias, com especial atenção para a autonomia, a empregabilidade e o bem-estar.

A iniciativa recebeu este ano um reforço da dotação, distribuindo no total 1.028.030 euros. As candidaturas vencedoras receberam, cada uma, em média, mais de 40 mil euros e vão apoiar, no total, mais de 2.000 pessoas em situação de vulnerabilidade.

Neste ano de 2022, foram distinguidas: APPACDM de Évora; APPDA Coimbra (Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Coimbra); ASCUDT (Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes); Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais; Associação de Apoio à

Juventude Deficiente; Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência; Associação Novamente (Associação de Apoio aos Traumatizados Crânio Encefálicos e suas Famílias); Associação Pais e Amigos Habilitar; Associação PARA (Projeto de Apoio e Recursos para o Autismo); Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado; Associação Regional de Reabilitação e Integração Sócio-cultural dos Açores; ASSOL (Associação de Solidariedade Social Lafões); CAID (Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente); CAPITI (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil); Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor; CERCIOEIRAS (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidade); Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais); Fundação do Gil; Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa, IPSS; Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus - Casa de Saúde da Idanha; Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus - Clínica Psiquiátrica

de S. José; NECI (Núcleo Especializado para o Cidadão Inclusivo); Pedrinhas (Cooperativa de Solidariedade Social - Pedro Brazião Rodrigues); e Pressley Ridge - Associação de Solidariedade Social.

O aumento da empregabilidade é um dos objetivos prioritários, tendo sido premiados cerca de uma dezena de projetos destinados à formação e ao apoio ao processo de inserção na vida laboral, à promoção do autoemprego e a atividades socialmente úteis, promovendo a autonomia de pessoas com deficiência e doença mental.

Os restantes projetos distinguidos pretendem dar respostas a outras necessidades sociais prementes, nomeadamente: o apoio a terapias especializadas para tratar ou retardar avanços da incapacidade e promoção de serviços ao domicílio; ações de apoio aos cuidadores; apoio psicossocial às pessoas com deficiência e transtorno mental no seu contexto familiar e relacional; e atividades de promoção da autonomia, nomeadamente atividades desportivas.

FAPPC RETOMOU COMEMORAÇÃO PRESENCIAL

Évora recebeu celebrações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral

Entre 17 e 21 de outubro, Évora acolheu muitas e diversificadas atividades que assinalaram mais uma comemoração do Dia Nacional da Paralisia Cerebral.

Formalmente assinalado desde 2014, as comemorações deste ano foram, também, o retomar de alguma normalidade a nível de eventos presenciais e da participação de elementos de todo o país.

Em iniciativa conjunta da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC) e da Associação de Paralisia Cerebral de Évora (APCE), as comemorações do Dia Nacional da Paralisia Cerebral foram assinaladas com atividades culturais, desportivas e de formação e informação.

Até Évora deslocaram-se representantes do Porto, de Lisboa, de Faro, dos Açores, de Viseu, de Almada-Seixal, de Coimbra e de muitos mais locais.

Para Rui Coimbras, presidente da FAPPC, as comemorações ficarão na memória de todos “pela quantidade e diversidade de atividades”, mas também por se terem transformado numa “semana absorvente, mas plenamente satisfatória pelos resultados atingidos e pela envolvimento de várias centenas de pessoas com paralisia cerebral, seus cuidadores, familiares e técnicos de inúmeras instituições”.

A semana de iniciativas começou com as «Conversas de Fim de Tarde», evento que durante três dias colocou à discussão vários assuntos de relevância para as pessoas com paralisia cerebral.

Bem-estar, empregabilidade e Ensino Superior foram os três temas analisados em encontros realizados na Fundação Eugénio de Almeida.

Depois, na manhã do Dia Nacional da Paralisia Cerebral (20 de outubro), foi a vez do desporto assumir destaque. Boccia (pela Associação de Paralisia Cerebral de Évora), tricicleta e slalom (pela Associação de Paralisia Cerebral de Almada-Seixal) e a dança dos «Toca a mexer» (da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Faro) foram apresentadas no pavilhão da Escola Manuel Ferreira Patrício perante uma imensa plateia de jovens alunos.

Durante a tarde, o programa foi essencialmente cultural. Atuaram o coletivo “Era uma vez... Teatro” e os appSound (da Associação do Porto de Paralisia Cerebral) e houve ainda lugar a árias (por alunos do Departamento de Música da Universidade de Évora), um duo de clarinete (da Eborae Música) e a apresentação dos Cantares de Évora e do Grupo Coral da Casa do Povo de Reguengos de Monsaraz.

O dia 21 de outubro esteve integralmente reservado a um Seminário, realizado no Auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, intitulado «Inclusão social em rede – perspetivas sobre a paralisia cerebral».

Das muitas presenças a assinalar, destaque para Humberto Santos, presidente do Instituto Nacional para a Reabilitação, no dia inaugural, e para Ana Sofia Antunes, secretária de Estado da Inclusão, na sessão de encerramento.

Já Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, e João Costa, ministro da Educação,



enviaram mensagens que foram transmitidas na sessão de abertura do seminário.

Rui Coimbras defendeu a importância destes encontros e do debate que do mesmo resulta.

“Reclamámos uma inclusão em rede... não pedimos... exigimos! E exigimos porque queremos ser parte ativa nas decisões que nos envolvem”, disse o presidente da FAPPC.

Para Teresa Godinho, presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Évora, “o cansaço destes dias é sinal que daqui sairemos todos com novas temáticas e preocupações às quais teremos que dedicar toda a atenção”.

A dirigente anfitrião das comemorações defendeu que só com uma intervenção conjunta e com a participação de todos “é que conseguiremos, um dia, ter uma sociedade verdadeiramente inclusiva”.

A Secretária de Estado da Inclusão, por seu turno, resumiria as principais conquistas do seminário e da semana de atividades comemorativas do Dia Nacional da Paralisia Cerebral.

“Vale sempre a pena assistir a momentos de partilha quando, de tais momentos, nos surgem inquietações e quando nos obrigam a pensar nas políticas que se devem implementar em relação às pessoas com deficiência”, sustentou Ana Sofia Antunes.

Para a governante, isto só resultará de um “efetivo e real fazer acontecer”, considerando não ser suficiente a solução que apenas se centra em planos, estudos e planeamentos...

E, segundo Ana Sofia Antunes, esse tal “fazer acontecer” deve-se em muito à intervenção cívica das pessoas com deficiência.

Para a Associação de Paralisia Cerebral de Évora, o seminário visava “facilitar a dinamização de estratégias de inclusão social que permitam apresentar soluções práticas – umas propostas, outras já experimentadas, e que podem ser disseminadas”, bem como assegurar “a igualdade de oportunidades, maior autonomia e independência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida promovendo a sua maior inclusão social”.

No final, Teresa Godinho considerou que os objetivos foram plenamente atingidos. De notar que



localmente, um pouco por todo o país, as diversas associadas da FAPPC desenvolveram atividades próprias para assinalar o Dia Nacional da Paralisia Cerebral.

INICIATIVA DECORRERÁ EM FORMATO ONLINE

Conferência Anual da Alzheimer Portugal é já no dia 15 de novembro

A Conferência Anual da Alzheimer Portugal decorrerá no próximo dia 15 de novembro, em formato online, sob o tema «Avanços e Desafios na Demência – Inovação e Acesso aos Cuidados».

Quatro grandes temas – Políticas Públicas; Investigação; Empoderamento do Cidadão com Demência; e Questões Éticas e Jurídicas – estarão em análise e debate com a participação de diversas personalidades com autoridade reconhecida nas diferentes matérias.

O início da Conferência está agendado para as 9h15, seguindo-se, 15 minutos depois a sessão sobre «Políticas Públicas».

Rosário Zincke dos Reis, da direção nacional da Alzheimer Portugal abordará o tema «Manifesto por uma resposta integrada para as Demências», Ricardo Baptista Leite, deputado à Assembleia da República, «Priorizar as Demências: Desafios para o atual SNS», enquanto António Leuschner, coordenador da Comissão Executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências, versará sobre «Implementação dos Planos Regionais da Saúde para as Demências».

Após um momento de debate e um breve intervalo, a partir das 11h00, o tema será «Investigação».

Aqui, Angela Papa, diretora de Operações Clínicas da PPD Portugal, falará sobre «Ensaio



Clínicos: O Percurso», Constança Roquette, da Fundação Champalimaud, «The AICIB Award & The Champalimaud Foundation Clinical Research Platform: Organizar a Investigação Clínica Envolvendo Pessoas com Doença e/ou as suas Associações», Ana Verdelho, do CHULN-HSM (Faculdade de Medicina, da Universidade de Lisboa) abordará os «Ensaio Clínicos na Demência: Desafios Atuais» e, por fim, Ricardo Encarnação, diretor médico da Roche, o «Digital Health Hub for Dementia».

A parte da tarde arranca, às 14h00, com temática «Empoderamento do cidadão com demência».

Catarina Alvarez, do departamento de Relações Institucionais da Alzheimer

Portugal, tratará da «Literacia em Saúde nas Demências», Rute Simões Ribeiro, jurista e especialista em gestão hospitalar, «Direito à Informação em Saúde da Pessoa com Demência e do seu Cuidador» e Manuel Gonçalves Pereira, da Faculdade de Ciências Médicas/NOVA Medical School, «A importância do acesso às Terapias Não Farmacológicas».

Após um momento de debate que encerrará cada um dos painéis, às 15h40, serão abordadas as «Questões éticas e jurídicas».

Rosalvo Almeida, membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, dissertará sobre os «Dilemas Éticos nas Demências», enquanto Inês Robalo, Procuradora da República e assessora no Gabinete da Procuradora-Geral da República, pronunciar-se-á sobre os «Avanços e Desafios na perspetiva dos Direitos Humanos».

A Conferência Anual da Alzheimer Portugal encerra após a apresentação das conclusões finais.

A iniciativa está aberta a todos os interessados, tendo o custo de inscrição de 25 euros para associados da Alzheimer Portugal e de 30 euros para o público em geral.

Para mais informações, os interessados devem contactar o Departamento de Formação da Alzheimer Portugal.

INSTITUIÇÕES PODEM CANDIDATAR-SE ATÉ 30 DE DEZEMBRO

Concurso para vagas em creche e residências autónomas com dotação de 28 milhões

Arrancou, no passado dia 7 de novembro e decorrerá até 30 de dezembro, o concurso para a criação de 5.500 lugares em creche e residências para pessoas com deficiência, que será financiado em 28,3 milhões de euros e servirá para criar novos espaços ou requalificar já existentes, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Da verba total, 20.342.500 euros são para as vagas em creche, e os restantes 7.987.500 euros para as residências de autonomização e inclusão, destinadas a pessoas com deficiência que conseguem viver de forma autónoma.

O concurso é apenas para financiamento de projetos em Portugal continental e destina-se não só para a construção de raiz, como para obras de remodelação, ampliação e adaptação das infraestruturas, obras que promovam a reconversão de equipamentos para desenvolvimento de novas respostas sociais

ou ainda para aquisição de um imóvel e respetiva adaptação para a instalação do equipamento social.

“No caso da resposta creche, as candidaturas cuja criação de lugares resulte da reconversão de outras respostas sociais, designadamente pré-escolar ou outros espaços passíveis de adaptação, apenas são elegíveis os espaços que não se encontrem em funcionamento”, lê-se na página do Instituto da Segurança Social (ISS).

Nestes casos, é obrigatória a “apresentação de projetos de arquitetura cujas obras estejam isentas de controlo prévio, com ganhos evidentes na eficiência e eficácia nos investimentos a aprovar”.

Neste concurso será dada prioridade aos projetos em zonas onde a taxa de cobertura é menor, ou seja, onde há mais procura e menos capacidade de resposta.



CERIMÓNIA REALIZA-SE DIA 23 DE NOVEMBRO, NA MAIA

Atuação de Tiago Nacarato na celebração do 20º aniversário da UDIPSS Porto

No próximo dia 23 de novembro, a UDIPSS Porto assinala 20 anos de vida, com uma cerimónia no Auditório TECMaia, na Maia.

Após um momento institucional, a partir das 17h00, uma hora depois haverá um concerto com o músico Tiago Nacarato, terminando o evento com um Porto de Honra.

Recorde-se que a UDIPSS Porto foi criada a 30 de abril de 2002 pela vontade de 39 instituições, congregando atualmente 400 IPSS sedeadas no distrito do Porto.

Por outro lado, a União Distrital do Porto vai promover, nos próximos dias 19 e 26 de novembro, duas edições da formação «Operacionalização de empreitada de obra pública», via Zoom e ministradas pelo formador Pedro Teixeira.

Com esta formação, a UDIPSS Porto visa dotar os participantes das ferramentas e conhecimentos necessários à elaboração dos procedimentos de contratação pública e de execução do contrato de empreitada de obra pública.

Para além de serem analisadas e explicadas as minutas disponibilizadas pelo Instituto da Segurança Social, a formação terá os seguintes conteúdos: Formação do contrato

- A noção do contrato de empreitada de obra pública, os tipos de procedimento aplicáveis à formação de contratos de empreitadas de obras públicas, as especificações dos processos de formação contratos de empreitadas de obras públicas e a preparação das peças do procedimento; Execução do contrato - Direitos e obrigações das partes, consignação da obra, execução dos trabalhos, suspensão dos trabalhos, subempreitadas, modificações objetivas, medição e pagamento, receção provisória e definitiva, liquidação da empreitada e relatório final, incumprimento do contrato e extinção do contrato.

Cada uma das edições tem a duração de 10 horas e têm o seguinte cronograma: 1ª Edição - 19-11-2022 (das 9h00 às 13h00), 21-11-2022 e 25-11-2022 (das 17h00 às 20h00); 2ª Edição - 26-11-2022 (das 9h00 às 13h00), 28-11-2022 e 30-11-2022 (das 17h00 às 20h00).

A formação tem o custo de 120 euros para associadas da UDIPSS Porto e de 200 para as não associadas.

Já nos dias 30 de novembro e 5 de dezembro, igualmente via Zoom, decorrerá a 9ª edição da formação «Férias, Feriados e Faltas - da Teoria à Prática», que pretende munir os participantes



de conceitos de direito do trabalho, nomeadamente quanto a férias, feriados e faltas, aplicando os mesmos em casos práticos, com orientação do formador Rui Silva, assessor da União Distrital.

Esta formação destina-se a dirigentes, trabalhadores com funções de coordenação ou administrativos das instituições e decorre no dia 30 de novembro, das 17h00 às 19h00, e dia 5 de dezembro, das 9h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30.

A inscrição tem o custo de 60 euros para associadas da UDIPSS Porto e de 80 para associadas da CNIS.

UDIPSS SETÚBAL

Nova formação sobre cuidados e procedimentos a ter nas ERPI e nos SAD

«Cuidados e procedimentos para ajudantes de ação direta e auxiliares de ação médica em ERPI e SAD» é o tema da formação promovida pela UDIPSS Setúbal, nos próximos dias 15 e 29 de novembro.

Nesta ação de formação, os principais objetivos passam por compreender o impacto do envelhecimento na pessoa; aplicar os princípios do cuidar da pessoa idosa; compreender o cuidado centrado na pessoa e na funcionalidade; aplicar os princípios da humanização dos cuidados; aplicar os princípios dos cuidados de higiene e conforto de forma correta e eficaz; proceder de forma correta em situações de desnutrição, desidratação, obstipação e incontinência urinária na pessoa idosa; reconhecer e proceder de acordo com as diferentes situações de emergência na pessoa idosa; identificar os indicadores de risco de violência em serviços e equipamentos.

Dirigentes, responsáveis pela gestão, direções-técnicas, direções-gerais, direções de serviços, contabilistas e outros profissionais das IPSS são os destinatários desta ação de formação, que decorrerá em formato online, nos dias 15 e 29 de novembro, entre as 14h30 e as 17h30, e que será ministrada por Joana Ferreira.



O conteúdo programático é constituído pelas seguintes temáticas: Impacto do Envelhecimento na Pessoa; Princípios do Cuidar da Pessoa Idosa; Cuidado Centrado na Pessoa e na Funcionalidade; Princípios da Humanização dos cuidados; Higiene da Pessoa Idosa; Desnutrição e Desidratação; Obstipação; Incontinência urinária; Perturbações do Sono na Pessoa Idosa; Identificação e Atuação em situações de emergência na Pessoa Idosa; Indicadores de Risco de violência em serviços e equipamento.

As inscrições estão a decorrer e têm um custo de 50 euros para as associadas da UDIPSS Setúbal e 80 euros para as não associadas.

Ministrada pela formadora Eduarda Araújo, a UDIPSS Setúbal promove ainda, no próximo dia 17 de novembro, entre as 14h30m e as 17h30m, a formação sobre «Férias, Faltas, Feriados e Trabalho por Turnos», com o objetivo de dar a conhecer as diferentes formas de distribuição do tempo de trabalho, bem como o conceito de retribuição.

Dirigentes, responsáveis pela gestão, direções-técnicas, direções-gerais, direções de serviços, contabilistas e outros profissionais das IPSS são os destinatários da formação, em que será abordado o seguinte conteúdo programático: Duração do Trabalho - período normal de trabalho e fixação de horário de trabalho, trabalho a tempo parcial e isenção de horário, intervalo de descanso, trabalho suplementar, trabalho noturno e turnos rotativos e jornada contínua; Suspensão do Trabalho - descanso semanal, feriados, férias e faltas.

A inscrição para os associados da UDIPSS Setúbal tem um custo de 25 euros, enquanto para os não associados é de 40 euros.

RELATÓRIO “PORTUGAL, BALANÇO SOCIAL”

Apoios sociais são importantes para mitigar pobreza

Cerca de 10% das pessoas que trabalhavam em Portugal em 2019 eram pobres, sendo o rendimento apenas um dos fatores, segundo um relatório divulgado que sublinha a importância dos apoios sociais para a mitigação da pobreza.

As conclusões constam da nota intercalar dedicada à pobreza no trabalho do relatório “Portugal, Balanço Social”, da Nova School of Business and Economics (Nova SBE), Fundação “la Caixa” e o BPI.

Em 2019, 439.242 trabalhadores viviam em situação de pobreza, o que representa cerca de 10% das 4,5 milhões de pessoas que trabalhavam em Portugal naquele ano.

Os dados são anteriores à pandemia da covid-19 e à atual crise financeira, que poderão aumentar os níveis de pobreza face à inflação, mas a escolha foi intencional, explicou Susana Peralta, uma das autoras, afirmando que o objetivo era analisar uma situação estrutural, reportando, por isso, “a um momento em que o mercado de trabalho estivesse a funcionar normalmente”.

Relativamente aos resultados, a economista e docente na Nova SBE explicou que a pobreza no trabalho resulta do rendimento, mas não só. “Uma pessoa é ou não pobre se tem recursos para fazer face às despesas normais do seu agregado familiar”, afirmou a economista, referindo que a pobreza no trabalho resulta, precisamente, da combinação dos rendimentos com a caracterização do agregado familiar.

De facto, os trabalhadores pobres pertencem maioritariamente a agregados com crianças e, sobretudo, a famílias monoparentais e numerosas, sendo que 52% dos trabalhadores em situação de pobreza não seriam pobres se vissem sozinhos.

Quanto aos rendimentos provenientes do trabalho, os trabalhadores pobres receberam quase duas vezes menos face à média dos trabalhadores (9,6 mil euros brutos e 18,4 mil euros brutos, respetivamente).

Ainda assim, a maioria (53,4%) não tinha sequer baixas remunerações, revelando que, em muitos casos, a pobreza no trabalho está sobretudo relacionada com o agregado familiar.

Vai haver sempre situações de pobreza em que, apesar de o rendimento ser suficiente para a pessoa sozinha não ser pobre, tem uma composição do seu agregado familiar que faz com que caia na pobreza porque aquele rendimento não é suficiente para os dependentes do agregado”, afirmou a economista.

Por outro lado, cerca de 38% dos trabalhadores pobres auferiam rendimentos compatíveis com o salário mínimo nacional em 2019, mas cerca de um quarto recebiam ainda menos.

O relatório destaca ainda a importância das transferências sociais no alívio da pobreza no trabalho, que chegam a 54% dos trabalhadores pobres. Sem esse apoio, a taxa de pobreza no trabalho quase duplicaria para os 19%.

“Nunca vamos conseguir atacar o problema da pobreza no trabalho sem termos também transferências sociais dirigidas às famílias que têm maior probabilidade de estar na pobreza”, referiu a economista, afirmando que medidas como o aumento do salário mínimo nacional “são importantes, mas nunca vão resolver o problema todo”.

innovatiOntrail

CONTINUAMOS A PERCORRER O PAÍS

INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA



97,6%

dos presentes consideram que o evento cumpriu ou superou as expectativas e recomendam os eventos INNOVATIONTRAIL F3M

www.f3m.pt



F3M

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE



INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

REDE NACIONAL DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS

Aumentos extraordinários para 2023 não resolvem nada para o futuro

O presidente da CNIS afirmou que o aumento extraordinário anunciado, no início deste mês, pelo ministro da Saúde para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), “é um anúncio que tem apenas em conta o presente e o passado recente, mas em relação ao futuro não resolve nada.” Lino Maia esclarece que durante os últimos anos não houve nenhuma atualização e que “devido à inflação e ao aumento de custos temos que voltar a avaliar a situação no próximo ano.”

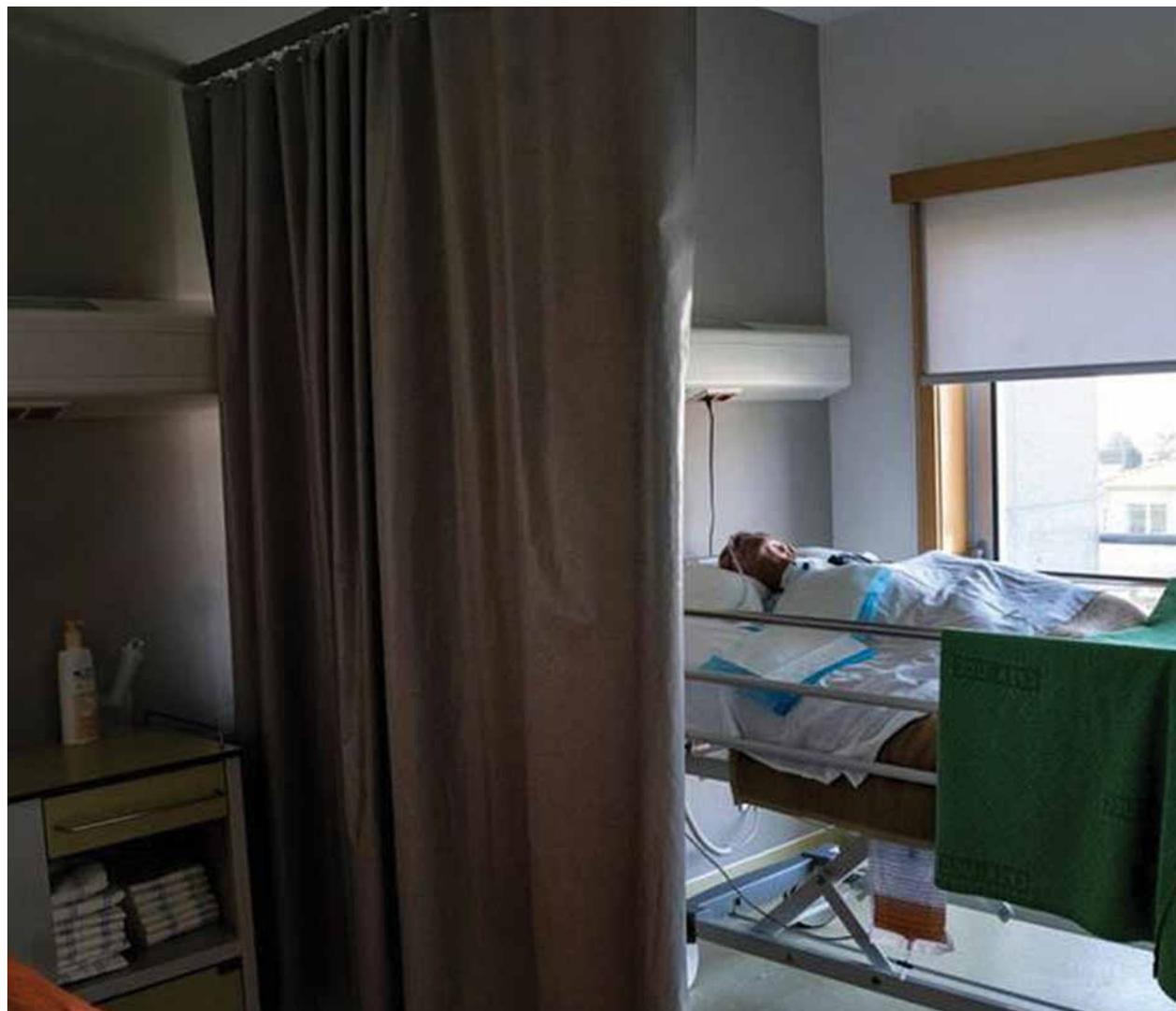
Com efeito, as unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) vão receber financiamento extraordinário por parte do Estado, um reforço que terá efeitos retroativos a janeiro deste ano segundo anunciou o ministro da Saúde. “Vamos aumentar o preço que pagamos pela presença dos utentes na rede. Vamos fazer isto fazendo com que os pagamentos sejam feitos com esta atualização a 01 de janeiro de 2022, num acordo que fizemos e que se prolongará até ao final de 2023”.

Em comunicado, o Ministério da Saúde divulgou que, “em termos globais”, a atualização do preço corresponde a um aumento de 5,5% para as unidades de média duração e reabilitação (UMDR) e de 15,3% para as unidades de longa duração e manutenção (ULDM). “O Governo fixa novos valores de remuneração dos internamentos de utentes encaminhados para a RNCCI, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2022, reconhecendo o impacto do aumento de custos nas instituições e tendo como objetivo contribuir para a sustentabilidade do setor”.

O presidente da CNIS reconhece que “por agora está assegurada a sustentabilidade, mas vai ser preciso reforçar os pagamentos do Estado em 2023”. Lino Maia esclarece que “dentro de 3/4 meses haverá atualizações e subsiste uma questão que é importante: o Estado vem participando insuficientemente as instituições e ao abrigo do Pacto de Cooperação tem que participar mais de forma significativa”.

Manuel Pizarro disse que este é um esforço financeiro justo, porque as unidades estão a enfrentar dificuldades. O ministro da Saúde explicou que este é “um acordo de médio prazo que prevê que não haverá novas atualizações até ao final de 2023” e adiantou que “cria o clima de cooperação necessária para pedirmos com justiça ao setor solidário que nos ajude a alargar a resposta às necessidades dos portugueses”, concluiu.

A nota do Ministério da Saúde acrescenta que também será feito “um alargamento do suplemento de 25 euros na diária de internamento sempre que os utentes tenham diagnóstico de úlcera de pressão, maioritariamente



acamados, passando a aplicar-se este pagamento adicional, até aqui para doentes transferidos dos hospitais, a utentes que já eram seguidos para esse efeito pelas equipas dos cuidados primários”.

A RNCCI é constituída por vários tipos de respostas, sendo as mais representativas em termos de oferta as ECCI que são equipas multidisciplinares de prestação de serviços de cuidados de continuados domiciliários.

Somam-se as ULDM com internamentos com mais de 90 dias, as UMDR com internamentos com duração entre 30 e 90 dias, e as Unidade de Convalescença (UC) com internamentos até 30 dias.

O Ministério da Saúde sublinha ainda que, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), “está previsto, ao longo dos próximos anos, um aumento muito significativo da capacidade de resposta nesta área”. A tutela diz que, até ao final de 2025, vão ser criados na rede geral da RNCCI mais 5.500 lugares de internamento, passando-se das atuais 9.552 camas para 15.052.

O presidente da CNIS, em declarações à TSF, desconfia deste otimismo: “Está tudo



atrasado. Ainda não há desenvolvimentos e depois aqueles valores que vêm sendo considerados para obras não são valores aceitáveis. Não há empresas de construção disponíveis, os materiais estão mais caros e não há possibilidade de construir com os valores que estão atribuídos. Não adianta haver muitas previsões se depois não há execuções. É preciso rever tudo isto. Está tudo atrasado. Particularmente nos cuidados continuados. Para já há avisos para creches e residências autónomas no resto do PRR está tudo atrasado.”

Sector Social Solidário não

A proposta de Orçamento do Estado para 2023 foi aprovada na generalidade, no parlamento, no dia 27 de outubro, pela maioria absoluta de deputados do PS e com as abstenções dos deputados únicos do PAN e do Livre. Votaram contra a proposta do Governo as bancadas do PSD, Chega, Iniciativa Liberal, PCP e BE.

No que ao Sector Social Solidário diz respeito há uma omissão de medidas específicas neste OE2023 que considerem o período difícil que o mundo, a Europa e Portugal estão a viver, na ressaca da pandemia Covid-19 e, desde fevereiro, a braços com os efeitos de uma guerra na Ucrânia imposta pela Rússia. O próximo ano vai ser difícil.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) tem vindo a chamar a atenção para as dificuldades que o sector social atravessa provocadas pelas consequências dessa crise e recorda que, mais tarde ou mais cedo, as pessoas vão começar – em muitas situações já começaram – a bater às portas das IPSS.

Assim, há pretensões antigas que deviam ser atendidas neste Orçamento de Estado 2023. É o caso do recurso às receitas dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para acudir aos encargos do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social com o pagamento das comparticipações nos acordos de cooperação com as IPSS. A CNIS tem vindo a sugerir uma alteração legislativa para que tal seja possível. Seria uma ajuda também na aproximação às metas de paridade previstas no Pacto de Cooperação com que o governo está comprometido.

A fragilidade das IPSS ficou bem evidente no estudo feito pela Equipa da ATEs - Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto). Um novo trabalho científico, executado pela mesma equipa, que atualiza para 2022 a Central de Balanços das IPSS, vai ser em breve apresentado pela CNIS. No Editorial desta edição o presidente da Confederação, Lino Maia, apresenta já algumas indicações que confirmam a degradação da sustentabilidade das Instituições de Solidariedade, em grande medida, assente na demissão do Estado quanto ao apoio protocolado com as IPSS.

Há ainda questões de tributação fiscal, matéria que continua a ser integrante da zona cinzenta para onde, convenientemente, o sector social muitas vezes é relegado. Em tempos de crise, como agora, volta a fazer todo o sentido voltar a falar-se do IVA nas obras que tenham como objeto instalações destinadas aos fins estatutários das instituições, bem como nas empreitadas municipais, beneficiando da taxa reduzida (6%) semelhante às cooperativas de habitação e as associações de bombeiros. É uma questão de tratamento igual a entidades que têm finalidades semelhantes e se diferenciam dos clássicos sectores público e privado.

Ainda em matéria fiscal, a reclamação já foi verbalizada pelo presidente da CNIS, tendo em conta os efeitos da inflação e da guerra na

Ucrânia, é de elementar justiça que haja já em 2023 a isenção do IVA na alimentação para o sector social solidário.

Outra reivindicação antiga, agora retomada, é a isenção do IMI de todos os bens imóveis pertencentes às IPSS, equiparando-se o tratamento relativamente a outras entidades similares que gozam dessa justiça fiscal.

A CNIS considera ainda ser este o momento para alertar para algumas questões que, no que toca ao PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), devem ser tidas em conta para que o Sector Social Solidário não perca as oportunidades criadas por não terem sido consideradas as suas idiossincrasias aquando das candidaturas aos diversos programas. Desde logo a simplificação dos processos, evitando uma burocracia impiedosa que pode ser razão para abandono e insucesso das IPSS. Depois deve considerar-se a revisão dos preços das empreitadas para promover a participação em concursos; promover candidaturas específicas para o Sector Social Solidário nas áreas da eficiência energética e da transição digital; priorizar os territórios de baixa densidade; abrir linhas de financiamento bonificado ou até sem juros para as instituições sociais sem capacidade financeira para suportar o autofinanciamento das candidaturas.

A proposta de Orçamento do Estado para 2023, depois de aprovado na generalidade, baixa agora à comissão de Orçamento e Finanças para o debate na especialidade. No dia 25 de novembro será votado na especialidade e a seguir em votação global.

CNIS PEDE AJUDA AO GOVERNO

O presidente da CNIS, padre Lino Maia, alertou que o aumento dos preços está a levar a que mais pessoas e instituições precisem de ajuda para enfrentar a crise.

“Com a inflação galopante, com o aumento de custos, temos muita gente que trabalha, mas que não tem rendimentos para suportar as despesas e, portanto, há mais gente a precisar de apoio”.

Para o padre Lino Maia, as dificuldades são extensíveis às instituições, enumerando “os significativos” custos crescentes com a luz, gás, combustíveis, alimentação e as consequências da inflação em geral.

“As instituições estão hoje com dificuldades acrescidas”, sublinhou, defendendo que esta realidade seja considerada nas negociações com o Governo, porque “já havia um défice muito grande em muitas instituições, que agora aumenta”.

Nesse sentido, o presidente da CNIS sugere que o Orçamento do Estado contemple 0% de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) na alimentação para instituições, medida que considera essencial.

O padre Lino Maia disse ainda que existem instituições que apoiam diretamente as



personas, por exemplo, as que recorrem a cantinas sociais, através dos acordos de cooperação, e as que têm ao seu cuidado utentes com reformas e rendimentos “insuficientes para participar condignamente os custos e despesas das instituições”. E, por isso, defende apoios diretos

pode ficar à mercê da crise



às pessoas e às instituições para fazer face às necessidades.

O líder da CNIS destacou o papel das instituições e as dificuldades com que se deparam, muitas apresentando “ano após ano resultados negativos”, correndo o risco de deixar de

prestar os seus serviços, cenário que é “imperioso contrariar”.

“Gostaria que fosse arquitetado, desde já, um programa de emergência para estas novas situações que vão surgindo” na sociedade, com o intuito de “contrariar o aumento da pobreza”, asseverou.

O padre Lino Maia afirmou ainda temer que 2023 “seja um ano muito difícil”, tendo em conta que “os rendimentos não são suficientes para fazer face ao aumento do custo de vida”.

MUITOS SINAIS

A Cáritas, que apoiou no ano passado 120 mil pessoas, identifica a pandemia como a razão principal para um aumento de “18 mil famílias a mais”. Rita Valadas, a presidente da Cáritas, estimou que este ano já tenha sido prestado auxílio a mais 20 mil pessoas, entre as quais muitas estrangeiras.

O aumento do custo de vida está a provocar uma maior pressão junto das instituições de apoio alimentar como a Cáritas, que ajudam cada vez mais pessoas com emprego, mas cujo salário deixou de chegar para as despesas.

Rita Valadas, disse à Lusa que a ajuda está a ser procurada por pessoas de classe média e média-baixa, uma vez que “o rendimento dá cada vez para menos coisas”.

Rita Valadas afirmou que esta é uma crise que se caracteriza por “um aumento brutal do custo de vida” e que tem sentido um acréscimo das dificuldades para dar resposta às solicitações.

É que, aos novos casos, juntam-se os que já eram anteriormente acompanhados desde a pandemia e que não conseguiram deixar de viver sem este apoio.

“As pessoas que se aproximaram de nós devido à pandemia não chegaram a conseguir autonomizar-se, porque, quando estavam a conseguir reprogramar a sua vida, veem-se confrontadas com a dificuldade decorrente do aumento do custo de vida, das taxas de juro, e não têm condições para fazer essa retoma”, explicou Rita Valadas.

A presidente da Cáritas lembrou ainda que no período da crise social motivada pela pandemia, existiam moratórias e o “lay-off”, ao contrário das atuais “situações avulsas [como o pagamento único de 125 euros], que não resolvem a situação das pessoas senão pontualmente”.

Quem está mais próximo de se aproximar do limiar da pobreza é quem fica em maior risco de ter de recorrer a este tipo de apoios, concluiu.

“Quando o rendimento se altera, altera-se o risco, mas, quando a esse risco se acrescenta uma pressão do custo médio de subsistência, as dificuldades afetam pessoas que estão deste risco para baixo e o que antes um salário mínimo dava para pagar, hoje não dá, e os custos estão a subir e não sabemos quando vão parar”, sublinhou Rita Valadas.

Os que “batem à porta” da Cáritas,

organização que trabalha em rede pelo país, têm dificuldades em pagar a renda de casa, a prestação da casa, a luz, a água ou outras contas importantes e na iminência de ficar sem esses serviços ou sem abrigo.

“Depois, a situação agudiza-se e traz outras necessidades”, acrescentou a presidente da organização, que distribui alimentação e também outros tipos de ajuda.

Primeiro, elencou, as pessoas começam por deixar de comprar determinados produtos que não são de primeira necessidade, depois passam a comprar marcas brancas, até que chegam ao momento em que, mesmo fazendo os cortes possíveis, “não têm como comprar o básico”.

Além das famílias, as instituições que fornecem alimentos no seu espaço ou ao domicílio “também estão a sofrer uma pressão enorme com o aumento dos custos dos bens”, referiu.

Rita Valadas mencionou a rede alargada pelo país e exortou quem quiser dar o seu contributo a procurar a Cáritas, as paróquias ou dioceses, que têm as suas estruturas de apoio, distribuição, respostas sociais e conseguem fazê-lo “em proximidade”.

BANCO ALIMENTAR COM MAIOR PROCURA

As instituições estão a recorrer mais ao Banco Alimentar para enfrentar o crescimento do número de famílias carenciadas. O aumento generalizado do preço dos alimentos, a par do gás e da eletricidade, está a ter impacto nas instituições sociais, que fazem mais pedidos ao Banco Alimentar para conseguirem apoiar o número crescente de famílias que pedem ajuda. O afluxo é evidente apesar de não estar quantificado. A presidente do Banco Alimentar, Isabel Jonet, confirma que as próprias instituições “precisam de mais dinheiro para fazer face ao custo dos consumos das suas próprias cozinhas”.

A presidente do Banco Alimentar diz que, para já há mais pedidos de ajuda, mas ainda não há redução no número de doações, tendo em conta que a mais recente campanha de recolha decorreu em Maio e a próxima será no final de Novembro. Ao mesmo tempo, o volume doado pela indústria e pela agricultura mantém-se inalterado, o que poderá querer dizer que ou ajustaram a produção ou mantêm o volume de vendas.

Defendeu que deve ser explicado às famílias que a conjuntura atual não é de curto prazo e alertou que a inflação vai refletir-se por largos meses nos orçamentos das famílias, com “maior incidência nas famílias mais carenciadas porque não têm folga orçamental”.

Para a presidente do BA, é, por isso, “muito previsível que vá aumentar o número de pessoas que vão ficar numa situação muito difícil e em pobreza”, tendo em conta o aumento dos preços dos alimentos, da energia e das taxas de juro em simultâneo.

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A sustentabilidade da Segurança Social

Quando se tenta perspetivar o que pode acontecer no futuro aos sistemas de segurança social há variáveis que são mais fáceis de prever, mas também existem outras muito determinantes em que é muito difícil ter certezas.

Enquanto no que respeita à evolução demográfica podemos ter um elevado grau de certeza quanto ao seu comportamento para as próximas décadas, o mesmo não se passa no que se refere a projeções económicas em que o grau de incerteza, se é muito elevado mesmo para os tempos mais próximos, quanto mais para as próximas décadas, que é o horizonte temporal que se exige para avaliar a sustentabilidade financeira dos sistemas de segurança social.

As tendências demográficas projetadas para o futuro em Portugal apresentam decréscimos da taxa de fecundidade, aumento da esperança de vida, diminuição da população total e em idade ativa o que, tudo junto, vai criar uma forte pressão sobre a sustentabilidade financeira do nosso sistema de segurança social, dado que haverá mais pensionistas, isto é mais gente a receber e menos ativos, logo menos gente a descontar para a segurança social. Esta é a parte em que há menos dúvidas.

Mas se quisermos complicar a componente demográfica há espaço para isso. Basta introduzir a componente da emigração.

Portugal é o País da União Europeia com mais emigrantes no estrangeiro, cerca de 6 milhões, isto é mais de 50% da população residente. Este valor só é ultrapassado por países que sofreram êxodos por virtude de guerras ou desastres naturais.

A implicação deste fenómeno no futuro da segurança social resulta do facto de uma parte muito significativa dos nossos emigrantes serem pessoas qualificadas, ou mesmo muito qualificadas, enquanto que os imigrantes que recebemos são geralmente menos qualificados. Exportamos pessoas que auferem salários mais elevados e recebemos pessoas com

salários mais modestos. Esta tendência, a ser continuada, não é boa para a sustentabilidade da segurança social. Não é mesmo de excluir que a situação se venha a agravar, porque a Europa sofre de um inverno demográfico que é pior que no tempo da peste negra. Só a Alemanha vai precisar até 2050 de cerca de 11 milhões de pessoal qualificado. Onde é que os vai recrutar? Já o está a fazer, e em Portugal, e seguramente vai continuar a fazê-lo.

Sendo a liberdade de circulação um dos pontos fundamentais do projeto político de integração europeia, esta tendência só pode ser contrariada se o nosso País for capaz de aumentar de forma muito significativa o investimento com base em novas tecnologias capazes de absorver a mão de obra que, doutro modo, vai parar a outros países mais desenvolvidos.

Na proposta de Orçamento de Estado para 2023 é apresentado um anexo ao respetivo relatório, que aborda o tema da sustentabilidade financeira da segurança social. Trata-se de um excelente documento, bem fundamentado. Segundo aquele estudo prevê-se que os primeiros saldos negativos do sistema previdencial são esperados por volta da década de 2030, com cerca de - 0,8% do PIB, mas que recupera para -0,3% do PIB na década de 2060. Esta análise é em larga medida tranquilizadora em relação à sustentabilidade financeira da segurança social, porque ainda há década e meia eram feitas projeções bastante mais catastróficas.

Temos de considerar que a economia que se projeta para o futuro vai ser muito diferente da que tem existido até aqui. O desenvolvimento da Robótica e a Inteligência Artificial vão substituir largas camadas de mão de obra nos processos produtivos e é muito provável que nalguns setores da atividade económica o trabalho humano seja residual.

Nesse sentido, impõe-se que se pense numa nova forma de financiamento da segurança social que tenha em consideração que o

modelo de financiamento existente foi concebido num tempo em que a Robótica e similares não existiam.

Por isso, faz todo o sentido que o atual sistema de financiamento da segurança social venha a ser completado, através da criação de um Imposto ou Contribuição de Solidariedade que venha a taxar o “dono do Robot” e que, conjuntamente com as contribuições dos empregadores e trabalhadores, financie o sistema, sem criar injustiças ou distorções no princípio da solidariedade coletiva e que reflita as tendências emergentes. Com esta medida não se pretende substituir totalmente o modelo de financiamento vigente, mas completá-lo.

Outro ponto que deve merecer atenção tem a ver com a dinamização de esquemas complementares de proteção social, que pode ser feita através de políticas públicas, ou incentivando os parceiros sociais a incluir o tema no plano da negociação coletiva.

Através de poupanças privadas e ao longo da vida ativa trata-se de conceber um sistema de formação de pensões que, na idade de reforma, venha a completar a pensão paga pela segurança social pública. Este tipo de sistema está implantado, de uma forma mais ou menos generalizada por toda a Europa, enquanto no nosso País é praticamente inexistente.

N plano da negociação coletiva, os dados mais recentes indicam que apenas 78 das 240 convenções publicadas no ano de 2019 estipulavam apoios sociais complementares para os trabalhadores e que das 78 convenções alusivas a complementos sociais, apenas 19 se referem a complementos sociais de reforma. Dada esta situação, faz todo o sentido proceder a um exame exaustivo da estrutura jurídica do sistema complementar de segurança social, de modo a identificar os instrumentos que possam vir a ser mobilizados para se tornar mais fácil a criação de um regime profissional complementar no seio de uma empresa.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Vinho novo, odres novos

1 - Calhou-me escrever a crónica na semana do S. Martinho e no dia seguinte à informação de que Jerónimo de Sousa ia abandonar o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista Português, ao fim de 18 anos de sucessivos mandatos.

No restrito leque de dirigentes políticos actuais que ainda trazem consigo o privilégio de terem respirado como adultos o ar de Abril de 1974 e de terem embainhado na lapela os cravos desse dia inicial, só ficam Marcelo Rebelo de Sousa e António Guterres.

Todos os outros dirigentes de topo das principais forças políticas que têm ocupado o espaço da representação popular ao longo dos últimos 48 anos foram saindo de cena, por morte, por doença ou por desalento.

(É o caso, entre outros, de Mário Soares, Jorge Sampaio, Francisco Sá Carneiro, Nuno Rodrigues dos Santos, Mota Pinto, Emídio Guerreiro, ...)

Ou saíram em benefício da renovação geracional, como sucedeu com Francisco Louçã, ou Carlos Carvalhas.

É agora a vez de Jerónimo de Sousa, por motivos de saúde, ao que foi dito.

Deputado à Assembleia Constituinte – esse escol que corporizava o melhor que o País tinha, após e por contraponto aos longos anos da ditadura -, fez do Parlamento o seu espaço de afirmação pública, até ser chamado a substituir Carlos Carvalhas como Secretário-Geral do PCP.

Foi dele o principal mérito, porque foi dele o principal sacrifício, no processo que levou à criação da Geringonça como solução de Governo, trazendo para o que então se chamava o arco da governação, quer o PCP, quer o Bloco de Esquerda.

O tempo passa depressa e os factos esquecem com igual velocidade; mas, tendo em conta a realidade política de hoje, em que somos governados mais uma vez por uma maioria absoluta, como não lembrar esse tempo de conciliação e concertação de posições, que nos permitiu ter ao mesmo tempo as célebres “contas certas” e alguma reversão na legislação laboral, acompanhada de uma progressão do salário mínimo que nos permitisse uma aproximação ao patamar europeu?

E que permitiu que, quer o PCP, quer o Bloco de Esquerda, tivessem mantido uma aproximação ao exercício do poder político, deslocando para o campo das soluções possíveis e moderadas muita da retórica radical que constituía anteriormente o núcleo central do seu discurso.

Essa moderação, que o aroma do poder ensina e suscita, tem sido apontada, aliás, por muitos comentadores, como uma das causas por que em Portugal os movimentos populistas do lado esquerdo do espectro têm tido visível insucesso, afastando-nos de perturbações e perversões das boas regras democráticas que têm ocorrido em vários países do chamado Ocidente.

A esquerda parlamentar acomodou as movimentações sociais.

2 – É um injusto momento este, do afastamento de Jerónimo de Sousa, que fica assim associado a um período de reduzida representação parlamentar, na sequência de um enfraquecimento gradual da expressão eleitoral do PCP.

Injustiça reforçada por também coincidir com

um tempo em que o PCP tem tomado posições controversas e em contracorrente, a propósito da invasão da Ucrânia pela Rússia, causando geral estranheza a repúdio.

Mesmo aqueles, como é o meu caso, que têm um grande respeito pela história do PCP, pela resistência com que enfrentaram a ditadura e pelo arrojado conhecimento das necessidades do povo, não conseguem compreender esta fixação contraditória por um outro tempo da História, que já não volta.

É certo que o PCP sempre foi mais certo na análise da situação do nosso País do que na avaliação da situação internacional. Mesmo no tempo da União Soviética.

Já várias vezes tive ocasião, nestas crónicas mensais do “Solidariedade”, de chamar a atenção para a justeza de algumas análises da situação do nosso País por parte do PCP, anotando o conhecimento efectivo do Portugal real que tais análises evidenciavam, independentemente de se votar ou não nesse Partido.

Ironicamente, a crise actual da energia e do comércio alimentar, em grande medida resultado da invasão da Ucrânia, veio comprovar o acerto do diagnóstico que desde há décadas o PCP tem apresentado sobre os efeitos perniciosos do desmantelamento da estrutura produtiva, designadamente no campo industrial, agrícola e das pescas, que marcou o processo de integração de Portugal na então CEE, no tempo de cavaquismo – e que agora se procura, a muito maiores custos, reverter.

O mesmo se diga, a propósito da Pandemia, sobre a dependência, quer em manufacturas, como materiais de protecção, quer em alimentos, com que o Ocidente se deixou aliciar pelos preços praticados pela China – e que ajudou ao propósito de destruição do sistema produtivo, também em Portugal.

Lembro o bordão retórico com que Álvaro Cunhal pontuava as suas intervenções, enfatizando sempre que as suas propostas tinham em vista defender os interesses “do nosso povo e da nossa Pátria” – reabilitando com a sua autoridade de resistente um conceito, o de Pátria, que bem precisava de ser reinventado, depois dos maus tratos que recebera da ditadura.

“Independência nacional!” – era, e bem, um dos slogans.

Mesmo em seu tempo, sempre me custou entender como o PCP conseguia conciliar essa defesa efectiva da independência nacional - que por vezes até parecia uma retórica conservadora -, com a sujeição estratégica aos interesses da União Soviética.

Mas, com o colapso da URSS, tal compatibilização deixou de ser uma questão – pensava eu, e muitos outros.

A Rússia de hoje nada tem que ver e é uma mera caricatura da União Soviética, que foi a utopia que inspirou o PCP ao longo de quase toda a sua longa existência de 100 anos.

Na verdade, o que tem que ver a Rússia de hoje, assente numa oligarquia que usurpou os bens que pertenciam ao povo, num processo de acumulação primitiva de capital provavelmente o mais rápido da História, com a utopia que, para muitos, e certamente para o PCP, a União Soviética representava para os trabalhadores?

3 - Há outro aspecto que é justo recordar, a propósito deste abandono de cena de Jerónimo de Sousa – é aquilo a que os revolucionários russos de 1917 chamavam a “modéstia bolchevique”, que se lhe aplica como uma luva.

Um dos fenómenos que tem pontuado a actualidade é a existência de um número inusitado de processos de inquérito criminal a políticos em funções, muitos aventando que é um fenómeno fatal como o destino, na vigência de maiorias absolutas – como é o caso presente.

São de diversa natureza e gravidade – e provavelmente grande parte deles não possuem densidade criminal, como vem sendo dito a propósito da necessidade de revisão da lei das incompatibilidades; a começar pelo Presidente da República.

São diversos os casos e as responsabilidades – mas há sempre um chão comum.

Trata-se sempre de contratos – de empreitada, de aquisição de bens ou serviços ... -, em que um dos contratantes, o que paga, é uma entidade pública; e quem é contratado, e recebe o pagamento do preço, é uma empresa, que pertence, ou pertenceu, no todo ou em parte, a um ministro, a um secretário de estado, a um autarca, ou a um familiar de qualquer uma dessas tribos – cônjuge, pai ou mãe – mais pai que mãe - ou filhos, irmãos, sobrinhos ou primos ...

Não me interessa aqui se um ministro pode ou não ser dono de uma empresa, ou deter partes do capital dessa empresa; ou se o empresário marido de uma ministra pode ou não contratar com o Estado e lucrar – mesmo legitimamente – com o negócio.

O meu ponto é que quase não há ministro, ou titular de outro cargo, que não seja, ou tenha sido, empresário – ou seja de famílias habituadas à cultura empresarial.

Há quase como que uma osmose – como diria o Herman – entre a tribo dos políticos e a turba dos empresários.

A política vai às empresas, ou ao mundo e à cultura das empresas, recrutar o seu pessoal; ou esse pessoal político, a partir do estrado em que se encontra, cria empresas e proporciona-lhes oportunidade de negócios, para responder a necessidades, efectivas ou inventadas, que lhes compete prover.

Pode ser tudo legal.

E pode até parecer mal ...

Mas, como António Costa tem dito, enquanto a Justiça não condenar, ele tão-pouco condena – mesmo que seja daqui por 20 anos.

Ora aqui está uma coisa – a responsabilização política pelo descrédito das Instituições – em que Jerónimo de Sousa podia continuar a dar lições à generalidade da classe política.

OBJETIVO DO GOVERNO É APROFUNDAR O PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL

Instituições que integrem antigos sem-abrigo têm majoração nos acordos de cooperação

A Segurança Social vai passar a incluir nos modelos de resposta social um mecanismo para a discriminação positiva destas respostas sociais que integrem na própria resposta, como colaborador ou trabalhador, uma pessoa que tenha estado na situação de sem-abrigo, precisamente para ser um par e para ser também um modelo e um exemplo de mobilização para outras pessoas.

Assim, é intenção do Governo, já nos próximos protocolos que a Segurança Social irá desenvolver, lançar novos avisos e criar um critério novo de majoração destes protocolos.

Isto, significa pagar mais relativamente a respostas sociais que integrem pessoas que estiveram na situação de sem-abrigo, ou seja, uma majoração de 20% para as instituições que integrem pessoas que saíram da situação de sem-abrigo.

Segundo os últimos dados, existem 9.000

pessoas que não têm casa, apenas alojamentos temporários, das quais cerca de 4.000 estão em situação de não terem um teto de todo.

Foi já lançado um novo aviso para comunidades de inserção, que teve nove projetos candidatos que foram aprovados e selecionados. O objetivo do Governo é aumentar a capacidade de resposta, mas também trabalhar na prevenção.

Por outro lado, ficou a saber-se que mais de mil pessoas em situação de sem-abrigo foram abrangidas, no último ano, por medidas como os apartamentos partilhados ou o «housing first».

As soluções «Housing First» e Apartamentos Partilhados pretendem promover o acesso a habitação para pessoas em situação de sem-abrigo, financiando equipas técnicas de suporte e acompanhamento em resposta habitacional, numa abordagem personalizada que promova a sua autonomia e inserção social.

O objetivo, agora, passa por aumentar a



capacidade de resposta, por ser fundamental para as pessoas em situação de sem-abrigo terem garantida, desde logo, a capacidade de terem uma casa, o que significa um primeiro passo para garantir a integração.

Nos últimos anos saíram da situação de sem-abrigo 1.700 pessoas, das quais 450 pessoas em Lisboa.

À ESPERA DA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Tribunal acolhe posição da APPACDM Viana do Castelo e suspende julgamento

O julgamento da APPACDM de Viana do Castelo e do seu antigo presidente, por alegada burla de 2,4 milhões de euros à Segurança Social, que devia ter começado no passado dia 25 de outubro, foi suspenso até à conclusão do processo administrativo.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), Luiz Costa, adiantou que o julgamento, “já com várias sessões marcadas, devia ter-se iniciado na última terça-feira [dia 25 de outubro], mas a o coletivo de juizes que ia julgar o caso no Tribunal de Viana do Castelo deu provimento à posição da IPSS e suspendeu o mesmo, optando por aguardar pela decisão do Tribunal Central Administrativo do Norte.

“O Tribunal Criminal de Viana do Castelo acolheu a posição da APPACDM de Viana do Castelo quanto à necessidade de existir decisão final transitada dos Tribunais Administrativos sobre a existência de dívida, antes de sequer poder prosseguir o processo-crime, e decidiu suspender este julgamento, até existir aquela decisão transitada em julgado”, explicou Luiz Costa.

Segundo este dirigente, a APPACDM argumentou que, “além de sempre ter defendido não dever a quantia reivindicada pela Segurança Social, e que mesmo que existisse alguma dívida nunca será crime, sempre alegou que o processo-crime não podia prosseguir



sem que a sua impugnação da dívida junto do Tribunal Administrativo estivesse decidida, em definitivo”.

“Por tudo o que vai exposto, e desde já lamentando o transtorno causado com o agendamento de vários dias para a realização do julgamento, com a notificação de todos os intervenientes processuais, decido suspender o presente processo crime até que seja decidido o processo administrativo nº 741/11.7BEBRG (...). Deverá ser comunicado ao referido processo esta suspensão, uma vez que, nos termos do n.º 2 do art. 47º do Regime Geral das Infrações

Tributárias (RGIT), esta suspensão determina a prioridade da decisão daquele processo, sobre todos os outros”, pode ler-se no despacho do tribunal de Viana do Castelo.

No documento, o coletivo de juizes que irá julgar o caso refere que, “salvo devido respeito pela opinião já exposta em sentido contrário pelo juiz de Instrução Criminal, a matéria dos presentes autos, de natureza penal, tem por base matéria de natureza administrativa (se é devido ou não o reembolso de quantias à Segurança Social que alegadamente foram indevidamente recebidas pelos arguidos)”.

“Essa decisão, não obstante, referir-se apenas a parte do valor em análise nos presentes autos, face ao seu montante (1.864.671,85 euros) não deixa de ser absolutamente relevante para apreciação global da causa. Acresce que a factualidade em análise pela jurisdição administrativa, face às suas especificidades, em nosso entender justifica que se aguarde por aquela decisão, que se julga iminente, nem que não fosse para evitar uma possível contradição de julgados”, refere o despacho.

O coletivo de juizes adiantou entender estar “perante uma causa prejudicial, uma vez que a decisão do referido processo administrativo contende com a prática dos factos em análise, atenta a natureza da factualidade base do processo em causa, que imputa aos arguidos a prática de um crime de burla tributária qualificado”.

FUNDAÇÃO BETÂNIA, BRAGANÇA

Projeto «Bike Solidária» promove a interação entre alunos do 5º e 6º ano e idosos

Depois de no passado dia 26 de outubro ter acontecido a primeira experiência do projeto «Bike Solidária», com alguns alunos a visitarem, pela primeira vez, a Fundação Betânia, no dia 3 de novembro arrancou “oficialmente o projeto”, com uma turma de 6º ano a passar a manhã na naquela instituição, no que foi considerado pelo professor José Domingues, do Agrupamento de Escolas Miguel Torga, de Bragança, “uma manhã fantástica”.

Depois do enorme sucesso do projeto do ano passado, «Ao Património de Bike», que levou todos os estudantes do Agrupamento de Escolas (AE) Miguel Torga a explorar e aprender com a arte de rua na cidade de Bragança, este ano os promotores decidiram manter a temática da bicicleta, promovendo a sustentabilidade ambiental ao incentivar os alunos a fazer as suas deslocações de bicicleta e, em simultâneo, promover a solidariedade e a interação intergeracional.

Com a parceria da Fundação Betânia, os alunos dos 5º e 6º daquele agrupamento escolar visitam a instituição, deslocando-se de bicicleta, onde serão recebidos pelos mais velhos e terão a oportunidade de participar em atividades diversas e diferentes.

“O objetivo é proporcionar aos estudantes a possibilidade de conhecer o património cultural imaterial, valorizando os saberes, os ofícios e a experiência de vida dos mais velhos”, explica o professor José Domingues, acrescentando que, ao mesmo tempo, a presença dos jovens naquela instituição é uma forma de promover “o envelhecimento ativo e o contacto intergeracional”, com ganhos óbvios para as duas partes.

À chegada, aos alunos que se deslocam de bicicleta será servido um chá para recuperarem as forças despendidas no percurso. Depois, tudo começará com um bingo de apadrinhamento.

“Através deste jogo e de acordo com os números que saírem cada aluno fica destinado a um dos nossos utentes”, explica Paula Pimentel, diretora da Fundação Betânia.

A esta iniciativa foi dado o nome de «Apadrinhar um avô» e o propósito é promover maior interação entre o estudante e o idoso, para que o processo de aprendizagem possa ser mais efetivo.

Uma das temáticas é o tricot e o croché. O grupo de utentes ensina as crianças a fazer tricot/crochet, exemplificando para que as crianças percebam melhor os pontos básicos.

“Nesta atividade os utentes explicam todo o processo da lã, desde a tosquia das ovelhas até ao tratamento da lã”, acrescenta Paula Pimentel, referindo que algumas utentes até mostram aos alunos como se fia a lã.

Haverá ainda outra iniciativa/oficina com a designação de «Contadores de Tradições». Aqui, os utentes da Fundação Betânia abordarão temáticas como a vindima ou a apanha da castanha, do marmelo, da azeitona ou dos frutos da época e partilharão conhecimentos sobre algumas profissões mais antigas e o modo de vida em anos passados, associando a cada atividade músicas tradicionais e cantares.



Já com a terceira oficina, o objetivo é criar uma peça de teatro sobre «Os serões de antigamente».

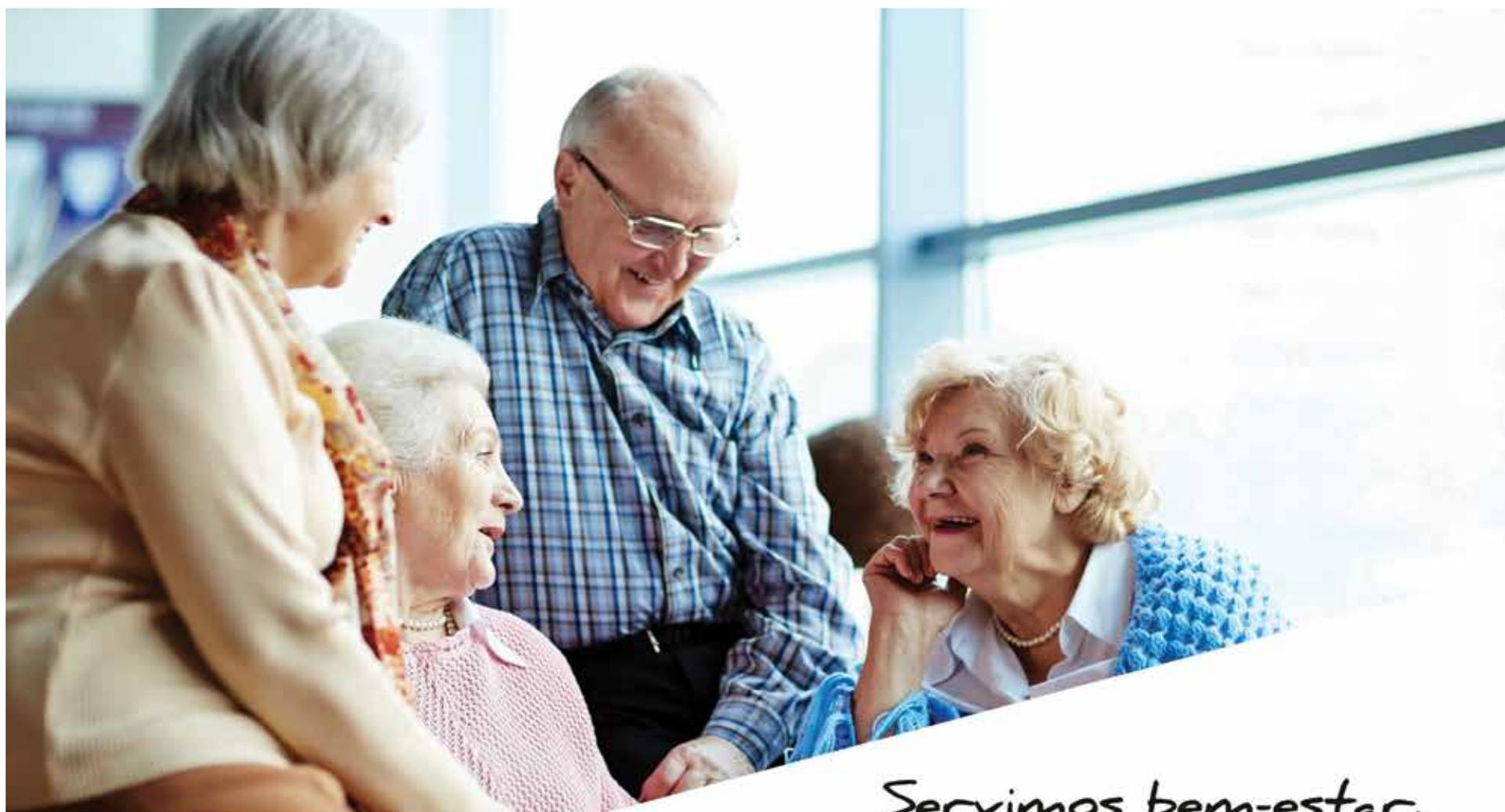
Os alunos e os utentes vão ter de preparar em conjunto o cenário para recriar os serões, com “mochos” antigos, lenha, o pote, a colher de pau, a faca para torrada, o assador de castanhas e as mantas farrapeiras, entre outros elementos. Já as personagens podem integrar as utentes da Fundação Betânia a coser meias, a fazer renda, a preparar cevada no pote e torradas à lareira ou a assar castanhas. Um utente pode encarnar a personagem de um lavrador e contar a história e uma criança deve preparar o saquinho da escola para o dia seguinte.

Por fim, a última oficina é «Criar um Livro de Testemunhos» em conjunto com os alunos.

Todas estas atividades vão acontecer ao longo do ano, organizadas em Conselho de Turma, uma vez que envolvem professores de diversas disciplinas.

Esta iniciativa está integrada no Plano Nacional das Artes - Projeto Cultural de Escola Arte(S) de Crescer e leva alunos do 5º e 6º ano do Agrupamento de Escolas Miguel Torga a interagir com os idosos da Fundação Betânia, em Bragança.





Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.

- GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS
- SERVIÇOS PARTILHADOS
- RESTAURAÇÃO COLETIVA
- RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS
- VENDING
- REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA
- PRODUÇÃO ALIMENTAR
- SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA
- LIMPEZA
- BENEFÍCIOS E INCENTIVOS
- TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

OPERAÇÃO “CENSOS SÊNIOR 2022”

Mais de 44 500 idosos em situação de fragilidade

Mais de 44.500 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade, foram sinalizados pela GNR na Operação “Censos Sênior 2022”, que decorreu em outubro.

Em comunicado divulgado, a GNR explicou que esta operação visa garantir ações de patrulhamento e sensibilização à população mais idosa que vive sozinha e/ou isolada, alertando-a para a necessidade de adotar comportamentos de segurança, reduzindo o risco de se tornar vítima de crimes, sobretudo violência, burla e furto.

Os distritos de Vila Real (5.353), Guarda (5.243), Viseu (3.586), Faro (3.527), Bragança (3.411), Beja (3.346), Portalegre (2.985) e Évora (2.924) foram os distritos nos quais mais idosos foram sinalizados.

Durante a operação, os militares realizaram uma série de ações que privilegiaram o contacto pessoal com as pessoas idosas em situação vulnerável. No total, foram sinalizados 44.511 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, ou em situação de vulnerabilidade.

Na edição de 2022 da Operação “Censos



Sênior”, a GNR realizou 305 ações em sala e 3.017 ações porta a porta, abrangendo um total de 26.527 idosos.

Desde 2011, ano em que foi realizada a primeira edição da Operação “Censos Sênior”, a GNR tem vindo a atualizar a sinalização

geográfica, proporcionando “um apoio mais próximo” à população idosa, o que contribui para “criar um clima de maior confiança e empatia entre os idosos e os militares da GNR”, servindo a iniciativa para também aumentar o sentimento de segurança.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- | | |
|---|---|
| US UNIDADES DE SAÚDE | PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS) |
| CP CONTROLO DE PRESENCAS | PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC |
| ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO | PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI |
| UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT) | ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS |
| GI GESTÃO DE IMÓVEIS | CNT CONTABILIDADE ESNL |
| IMO IMOBILIZADO ESNL | LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE |
| ORD ORDENADOS | ORC MÓDULO ORÇAMENTOS |

+ de 40
aplicações

+ de 900
clientes

Garantia de
satisfação

Demonstrações
grátis e sem
compromisso

Assistência
remota

Formação
online

Contate-nos para orçamentos, demonstrações ou mais informação.

TELEFONE +3511 253 408 326
TELEMÓVEL +3511 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM **www.tsr.pt**

AÇÃO SOCIAL NAS AUTARQUIAS A 1 DE JANEIRO DE 2023

ANMP e Governo mantêm calendário da transferência de competências

A presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Luísa Salgueiro, considerou “precipitado” dizer que não é possível cumprir o prazo de transferência de competências na Ação Social e garantiu estar focada em fechar o processo em novembro.

“Eu creio que é precipitado a ANMP dizer ao Governo que a associação já desistiu e os autarcas no dia 01 de janeiro não estarão em condições de exercer estas funções”.

Luísa Salgueiro admitiu que, no que diz respeito à área da Ação Social, “houve atrasos”, uma vez que a data para que o dossier estivesse fechado era outubro, isto para que a delegação de competências entre em vigor a 01 de janeiro, mas frisou que a ANMP está focada no trabalho e não em pedidos de adiamento. “O que está previsto é que as competências da Área Social sejam transferidas a partir de 01 de janeiro. Nós não vamos desistir de trabalhar o processo rapidamente para que tudo fique concluído a tempo dessa data”, disse Luísa Salgueiro.

A presidente da ANMP contou que conselho diretivo e o conselho geral da associação decidiram “trabalhar rapidamente para que o Governo perceba que não há tempo para desacelerar”. “Não vamos desistir de fazer cumprir as nossas reivindicações e temos uma forte convicção de que isso vai ser possível”, acrescentou.

A presidente da Associação Nacional de Municípios assegurou que estão preparados para exercer competências na ação social no início de 2023, mas para isso terá de se alcançar rapidamente um acordo com o Governo sobre as condições desta transferência.

“Estamos a definir os critérios de distribuição de técnicos, de apoio para o serviço de atendimento e acompanhamento social. Já recebemos uma proposta da parte do Governo. A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) está em análise para agora reagirmos e tentarmos fechar os critérios e as condições que vão reger esta área”, disse Luísa Salgueiro após uma audição no parlamento no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2023.

A presidente da ANMP negou que a descentralização seja “um experimentalismo” por não se ter conseguido regionalizar o país e realçou que a prova de que os municípios estão preparados é que já assumiram competências na educação.

“A grande notícia é que o ano letivo começou e ninguém ouviu nenhum problema crítico em nenhuma autarquia”, afirmou, sublinhando que “os autarcas, apesar das dificuldades, foram capazes de assumir as competências e fazer com que tudo funcionasse”.



“E no dia 01 de janeiro também vamos ser capazes”, disse.

Segundo o Governo, as competências na área da ação social, que passam para os municípios em 01 de janeiro de 2023, são já exercidas voluntariamente por 90 municípios e até ao final do ano serão 105. Na saúde foram assinados 52 autos de transferência com municípios.

No caso da educação, as competências já foram assumidas pelos 278 municípios do continente.

O OE2023, em discussão na especialidade na Assembleia da República, contém 1.204 milhões de euros para o Fundo de Financiamento para a Descentralização (FFD) de competências, com um reforço de 208 milhões em relação ao corrente ano.

GOVERNO MANTÉM PRAZOS

A ministra da Coesão Territorial afirmou que mais de 100 municípios estarão a exercer competências na ação social até ao final do ano, pelo que não está previsto que o prazo da descentralização nesta área seja prorrogado.

Ana Abrunhosa, que tutela as autarquias, destacou que, de um universo de 278 municípios, foram 90 os que já aceitaram

voluntariamente as competências descentralizadas na área da ação social e que outros 15 irão exercê-las até ao final do ano.

Numa altura em que Governo e Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) ainda negociam um acordo para esclarecer as competências nesta área, Ana Abrunhosa não considera necessário, para já, prorrogar o prazo definitivo para a descentralização da ação social, agendado para 01 de janeiro de 2023.

“Nós estamos de forma intensa a trabalhar nesse acordo, mas a ação social, de acordo com o que está previsto por lei, passará para os municípios no dia 01 de janeiro e, portanto, a partir do momento em que, num universo de 278, 105 já aderiram de forma voluntária, não me parece que tenhamos condições de adiar. Mas essa situação ainda não se colocou e, portanto, para já não. Não antevemos qualquer alteração à data de passagem destas competências”, afirmou.

Este adiamento tem sido pedido por diversos autarcas, nomeadamente os presidentes independentes das Câmaras do Porto, Rui Moreira, e de Oeiras, Isaltino Morais, além do presidente da Câmara de Maфра, Hélder Sousa, que também é líder dos autarcas social-democratas.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



As boas e más notícias na frente da crise energética na Europa

Na frente da crise energética há boas e más notícias.

As boas notícias dizem que a Europa se preparou para o próximo inverno.

A capacidade de armazenagem de gás estará próxima do limite pelo que, a não ser que venha por aí um inverno excepcionalmente rigoroso, a Europa sobrevive.

Convirá aqui não embandeirar em arco pois que grande parte do gás armazenado veio da Rússia. Se no próximo ano os fornecimentos russos se reduzirem a zero (como é provável) as coisas complicam-se de novo.

Do lado dos preços as coisas também aliviam um pouco.

O petróleo cota agora ligeiramente acima dos 90 dólares, ou seja, em níveis não muito diferentes dos que vigoravam antes da guerra na Ucrânia.

Os preços do gás natural estão ligeiramente acima dos preços de fevereiro de 2022 embora continuem muito elevados se formos buscar comparações em períodos mais afastados. A verdade é que os preços já estavam a subir antes da invasão da Ucrânia pela Rússia. Se compararmos com os preços que se praticavam em 2021 temos agora preços cerca de 5 vezes mais elevados.

Quando ao carvão os preços continuam elevados se compararmos com o período imediatamente anterior à guerra.

As más notícias vêm dos dados da inflação e do peso da energia no surto inflacionário.

A inflação na zona euro em setembro ficou em 9,9%, contudo, o crescimento dos preços da energia foi de 40,7%, ou seja, a conta da energia para as famílias está a ficar em níveis dificilmente comportáveis, nomeadamente quando se aproxima o inverno e os custos com aquecimento disparam. Quanto menor é o rendimento maior é o peso da energia no orçamento global da família, pelo que os mais pobres são os mais vulneráveis nesta situação.

Deixar as coisas andar não é opção. Um pouco por todo o lado estão a ser postos em prática mecanismos que limitam a subida dos preços da energia para os consumidores.

Aquí as más notícias vêm do que parece ser alguma descoordenação ao nível europeu sobre como mitigar a crise.

Há um par de semanas a Alemanha divulgou a intenção de colocar no terreno um megapacote financeiro de 200 biliões de euros para ajudar famílias e empresas a navegar a crise energética.

Para se ter uma ordem de grandeza, a dimensão do pacote germânico tem sensivelmente o tamanho da nossa economia.

A coisa caiu muito mal nos parceiros europeus. Por várias razões.

Primeiro porque dá um sinal de salve-se quem puder em vez de um esforço conjunto para navegar a crise.

Depois a assimetria de ajudas entre a Alemanha e o resto da Europa coloca dois problemas. Desde logo coloca a especial capacidade de alavancamento orçamental da Alemanha a distorcer a concorrência industrial com os outros países da Europa que não se podem dar ao luxo de oferecer às empresas preços similares.

Em cima disso, se os preços fossem artificialmente rebaixados na Alemanha, isso implicaria uma subida da procura germânica, ou seja, um aumento da procura global que arrastaria uma subida de preços para os outros países.

As coisas parecem estar a evoluir positivamente no sentido de procurar uma solução comum europeia, com a Alemanha a aproximar-se de soluções razoáveis.

Contudo desenhar a solução comum não tem sido fácil porque se colocam problemas realmente complicados.

Se quisermos simplificar há duas soluções opostas: a primeira consiste em deixar os preços do mercado funcionar e ajudar diretamente as famílias e as empresas a suportar o impacto, a segunda consiste em fixar preços máximos e indemnizar os produtores pelo excesso do custo em relação ao preço fixado.

Como em tudo na vida há prós e contras nas duas abordagens.

Deixar flutuar os preços tem uma vantagem importante – passa os incentivos certos. Com preços mais altos as famílias (e as empresas) gastam menos. Uma das razões que justifica o bom nível de armazenamento de gás na Europa é a diminuição do consumo em função do aumento dos preços.

Outra das vantagens deste modelo é permitir ajudar apenas quem realmente precisa o que, em teoria, permite limitar os custos para os orçamentos públicos.

Mas tem os seus contras.

Ajudar as famílias e as empresas a absorver o aumento dos custos pode colocar o Estado na situação ingrata de suportar com subsídios indiretos a geração de lucros excessivos nos produtores.

Outra desvantagem deste modelo é a complexidade

na aplicação. É necessário definir critérios para saber quem precisa e quem não precisa de ajudas o que é sempre politicamente contencioso ao mesmo tempo que a aplicação no terreno dos critérios de seleção pode ser mais difícil de fazer do que de dizer.

A alternativa oposta, fixar preços máximos, tem a óbvia vantagem da simplicidade e da generosidade – o benefício é para todos.

Ao beneficiar todos podemos dizer que é socialmente injusto na medida em que muitas famílias de rendimentos mais elevados poderiam perfeitamente suportar os aumentos no custo.

Mas, o pior é que um modelo de preços artificialmente rebaixados sufoca os indicadores de mercado, ou seja, não passa o incentivo para gastar menos de um recurso que, entretanto, se tornou escasso.

Existem soluções intermédias que podem juntar o melhor dos dois modelos.

Podemos imaginar um modelo em que os preços se vão aproximando do custo de mercado à medida que os consumos crescem.

Para consumos pequenos os preços são mantidos artificialmente baixos para não deixar ninguém sem acesso a um mínimo de energia, contudo, à medida que os consumos crescem e se vão afastando dos volumes requeridos para um mínimo de conforto os preços sobem e aproximam-se do custo de mercado.

Deste modo quem quiser (e puder) aceder a consumos mais elevados pode fazê-lo, mas paga o respetivo custo de mercado sem apoio do Estado.

Se complementarmos este modelo de tarifas com ajudas diretas a casos especiais (por exemplo, famílias numerosas e de baixos rendimentos) podemos ter os incentivos certos à redução do consumo sem, ao mesmo tempo, deixar ninguém para trás.

Não é um exercício fácil.

Aquí chegados é importante frisar dois pontos.

Este modelo de suporte público dos preços da energia tem de ser temporário, isto é, só faz sentido se acreditarmos que mais dia menos dia os mercados voltam a uma situação normal e que os mecanismos de mercado podem ser repostos.

Por outro lado, não devemos confundir este tema da limitação das faturas de energia com outro tema contencioso, igualmente em discussão na União Europeia, que é fixação de preços máximos para o gás natural.

Dois pontos importantes a que poderemos voltar um dia destes.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



A seca não acabou...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ESCRITORA GAIA VINCE PREVÊ MIGRAÇÕES EM MASSA

Em breve as alterações climáticas vão obrigar milhões de pessoas a fugir de zonas inabitáveis

A migração de milhões de pessoas de regiões do mundo que as alterações climáticas vão tornar quase inabitáveis nas próximas décadas é “inevitável”, alerta a escritora Gaia Vince, a propósito da recente realização cimeira climática COP27. Na opinião desta investigadora científica britânica, a questão das migrações climáticas devia ser abordada em Sharm el-Sheikh, Egito, na 27.ª conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas (COP27), que decorre até 18 de novembro, porque é “improvável” conseguir limitar o aquecimento global a dois graus Celsius acima dos valores da época pré-industrial. “As pessoas vão ter de deslocar-se, isso é inevitável. Já estamos a ver um grande número de pessoas a fugir de situações desesperadas do Sudão à América Latina e à Ásia”.

Nas próximas décadas, antecipa, “dezenas de milhões de pessoas ou centenas de milhões de pessoas” vão ter de migrar, premissa que domina o livro que publicou recentemente, “Nomad Century”, que pode traduzir-se como “século nómada”.

Especialista em questões ambientais, Gaia Vince ganhou o prémio do melhor livro científico atribuído pela academia de ciências britânica Royal Society em 2015 com a obra “Aventuras no Antropoceno” [Adventures in the Anthropocene].

O livro foi o produto de uma longa viagem pelo mundo realizada após despedir-se do emprego de editora da revista Nature para ver com os próprios olhos o impacto das alterações climáticas e o que várias pessoas estavam a fazer para tentar travar as suas consequências.

Gaia Vince aponta a migração em massa como uma solução, não um problema, apelando para que a comunidade internacional alcance um entendimento. “Isto [migrações] pode acabar em conflito e em muitas mortes. Poderíamos gerir isto de uma forma que levasse a sociedades produtivas e saudáveis, em vez de conflitos constantes”, defende.

No livro, refere como existem regiões, sobretudo nos trópicos e hemisfério sul, onde vai ser quase impossível viver devido ao aumento da temperatura, à subida do nível do mar e a outros eventos extremos, como secas, inundações e incêndios.

Para sobreviver, milhões de pessoas vão ter de procurar zonas com melhores condições e Gaia Vince sugere que seja criada uma autoridade supranacional que faça a gestão dos fluxos migratórios e monitorize a criação de novas cidades em partes do mundo mais amenas.

De acordo com a autora, assumindo um aquecimento global de quatro graus celsius (°C) por volta de 2100, valor baseado em algumas estimativas científicas, alguns destes novos aglomerados populacionais poderiam ficar em locais até agora inóspitos, como a Sibéria, Gronelândia e eventualmente até a Antártida, além de partes do norte da Europa, Canadá e Rússia.

A ideia é “radical”, reconhece, e terá de ultrapassar questões como

fronteiras geopolíticas seculares e preconceitos como racismo, mas insiste que o problema deve ser discutido proativamente de uma forma “pragmática”.

No cenário de um aquecimento global de 4°C até 2100, o continente africano, incluindo Angola e Moçambique, ficaria desertificado ou inabitável, bem como o sul da Europa, que abrange Portugal ou Espanha.

“Portugal já está a ser afetado por estes problemas, como incêndios e seca. A diferença relativamente ao Sudão é que Portugal é mais rico, é uma democracia, tem uma boa governação e faz parte da União Europeia, por isso as pessoas podem circular facilmente”.

Mas o país terá de mudar bastante nos próximos anos, adverte, nomeadamente adaptar o tipo de arquitetura, aumentar os reservatórios de água, construir fábricas de dessalinização e alterar o tipo de culturas agrícolas.

Em termos económicos, Portugal será afetado por uma tendência crescente de procura de locais menos quentes para turismo, aposentação ou segundas habitações, e as próximas gerações poderão sentir-se mais atraídas por oportunidades de emprego em geografias mais a norte.

“As pessoas não querem passar o verão numa onda de calor horrenda porque não podem sair e têm de ficar em casa com o ar condicionado. Isso não é agradável. Em vez disso, vão querer mudar para algo mais agradável, como os Lagos na Finlândia. É uma mudança que terá lugar durante as próximas duas décadas”, vaticina Gaia Vince.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL